Nº 98 JUNHO/2011

UM JORNAL A SERVIÇO DO PT DEMOCRÁTICO, SOCIALISTA E REVOLUCIONÁRIO

INFERNO ASTRAL

Governo Dilma avança no combate à pobreza. Mas Palocci e os ruralistas causam dificuldades.

Foto: Wilson Dias/ABr

Presidenta Dilma lança o programa Brasil sem Miséria. À direita, o então ministro da Casa Civil, Antonio Palocci, sob questionamento após divulgação de notícias sobre o aumento de seu patrimônio; e o presidente do Senado, José Sarney, cacique do PMDB, partido da base aliada e cúmplice da primeira derrota do governo Dilma na Câmara Págs. 9 a 11

EDITORIAL

Acabou a lua-de-mel. O primeiro sinal disto foi a mudança no tratamento da mídia para com a presidenta Dilma Roussef. Todos lembram que na campanha eleitoral ela era tratada como "poste", "pau mandado", "radical" e "incapaz de controlar o Partido". Depois da vitória, passou a ser elogiada como gestora eficiente, contida e muito melhor que Lula. E agora, pasmem, parte importante da mídia customizou o velho discurso e tenta apresentar a presidenta como uma fraca, sujeita às interferências de Lula e às pressões do PT.

O segundo sinal de que acabou a lua-de-mel foi o resultado da votação do Código Florestal. Registre-se a esse respeito, antes de mais nada, o infeliz papel assumido pelo deputado federal Aldo Rebelo, cujo viés nacionalista o está levando a mascarar como "progressistas" medidas que são de interesse exclusivo do agronegócio e que, ao contrário da lenda, podem dificultar a defesa dos interesses nacionais, inclusive na Amazônia.

Mas, olhando de conjunto, o que a votação demonstrou é que a base do governo não é tão governista assim, quando se trata de votar temas que afetam os interesses das classes dominantes. E, como é óbvio, os principais governistas de ocasião estão no PMDB, que desta vez ocupa o estratégico posto da vice-presidência da República.

O terceiro sinal de que acabou a lua-de-mel está na economia. Claro que há várias maneiras de olhar os indicadores. Pode-se falar que a inflação está sob controle, que o governo está atingindo as metas de superávit, que o crescimento econômico previsto é bem razoável, que continuamos criando empregos, que estão sendo criados novos programas sociais.

Mas olhando de outra forma, o quadro é muito preocupante. A situação dos Estados Unidos e de alguns países da União Européia é para lá de delicada. O tema cambial continua pressionando e a taxa de juros continua absurdamente alta. E os gargalos estruturais do país seguem existindo e só terão solução se tivermos mais Estado, o que supõe mais recursos, que por sua vez dependem de uma reforma tributária progressiva que taxe as grandes fortunas, o que supõe aprovar a mãe de todas as reformas: a política.

É nesse contexto que a direita vai se movimentando para as eleições de 2012. A direita tradicional enfrenta problemas, é verdade. Mas a direita da coligação governista está se mexendo, o PSB também. E a direita social e midiática segue pautando o debate político no país. E aproveitando-se de nossos erros, públicos ou privados. Estes são os temas desta edição de Página 13.★

MEMÓRIA

Abdias: uma perda para o Brasil

por *Ivan Alex**

A morte de Abdias Nascimento é para nós, negros, como o apagar de uma luz que sempre brilhou em favor dos afrodescendentes e que abrilhantava a galeria dos grandes heróis da história deste país.

"Sem Abdias, perde não só o Movimento Negro, mas também o Brasil, que fica sem um referencial da percepção da realidade do negro no País, que ele tinha e que sempre nos mostrava nas suas escritas, na sua arte, no seu comportamento", afirmou o deputado federal Valmir Assunção (PT-BA), em pronunciamento na Câmara Federal.

Abdias do Nascimento nasceu em Franca, São Paulo, em 14 de março de 1914. Foi professor Emérito da Universidade do Estado de Nova York, e fundou a cadeira de Cultura Africana no Novo Mundo no Centro de Estudos Porto-riquenhos. Bacharel em Economia, Universidade do Rio de Janeiro, 1938, teve vários títulos, dentre os quais o de Doutor Honoris Causa das universidades do Estado do Rio de Janeiro, em 1993, e da Universidade Federal da Bahia, em 2000. Foi deputado federal, de 1983 a 1986, e foi também senador da República, de 1991 a 1999, pelo Rio de Janeiro.

Em 2009, graças a um projeto de Valmir Assunção, então deputado estadual, Abdias do Nascimento recebeu da Assembléia Legislativa da Bahia o título de cidadão baiano. Da sessão especial participaram personalidades ligadas às lutas sociais, como a secretária da Promoção da Igualdade Racial na Bahia, Luíza Bairros, o ex-governador Valdir Pires, o presidente da Assembléia Legislativa, Marcelo Nilo, o vice-prefeito de Salvador, Edvaldo Brito, a esposa de Abdias, Elisa Larkin, a Ialorixá, Mãe Stela de Oxossi do Ilê Axé Opô Afonjá, Elói Ferreira, da Seppir, a presidente do Conselho de Desenvolvimento da Comunidade Negra, Vilma Reis, o presidente do Ilê Ayê, Antônio Carlos Vovô, o presidente do Olodum, João Jorge.

Como negro e militante de movimentos sociais, fico triste, igualmente a milhões de brasileiros que lutam por um país menos desigual e de mais inclusão social. Mas acredito que, apesar da perda de importante companheiro, o momento é de agradecer pelo legado que ele nos deixou.★

***Ivan Alex Lima** é membro do diretório estadual do PT-Bahia e da Direção Nacional da AE (ivanalexba@hotmail.com)

AGENDA 2011

Junho

- **04** Congressos de Base em Cristino Castro e Manoel Emídio (PI).
- **05** Congresso de Base em Canto do Buriti (PI).
- **05** segundo turno das eleições no Peru
- **07** Congressos de Base em Nova Andradina, Ivinhema, Glória de Dourados, Batayporã (MS).
- **15** Congressos de Base em Dourados, Caarapó, Rio Brilhante, Douradina, Vicentina, Maracajú, Antonio João, Bela Vista, Ponta Porã (MS).
- **17 e 18** Congresso Estadual no Piauí
- **28** Congressos de Base em Campo Grande, Terenos, Sidrolândia, Dois Irmãos, Nova Alvorada do Sul, Água Clara, São Gabriel do Oeste e Camapuã (MS).
- **30 a 03** Seminário sobre Governos Progressistas e de Esquerda na América Latina.

Julho

- **01 a 03** Congresso Estadual no Distrito Federal.
- **01 e 02** Congresso Estadual no Amapá.
- **01 e 02** Congresso Estadual no Espírito Santo.
- **02** Congresso Estadual no Rio de Janeiro.
- **02 e 03** Congresso Estadual em Alagoas.
- **02 e 03** Congresso Estadual em Minas Gerais.
- Congresso da União Nacional dos Estudantes (data e local a confirmar).
- **23 a 28**: VII Jornada Nacional de Formação Política da AE.
- **28**: abertura das plenárias nacionais da AE sobre educação e sobre política agrária/agrícola
- **29:** plenária nacional de educação da AE e plenária nacional de política agrária/agrícola
- **29,** 19h: Ato político de abertura do 1° Congresso
- **30 e 31:** 1° Congresso AE

Agosto

- Plenária Estatutária da CUT (data e local a confirmar).

Setembro

- Eleições presidenciais na Guatemala.
- **02 a 04** Congresso Extraordinário do PT.

Outubro

- Eleições presidenciais na Argentina.

Novembro

- Eleições presidenciais na Nicarágua.
- **12 a 15** Congresso da Juventude do PT (data e local a confirmar).

Janeiro 2012

- VIII Jornada Nacional de Formação Política da AE.

“A mãe” de todas as reformas

*Ana Rita**

A lógica predominante no atual modelo político-eleitoral causa enormes dificuldades de sobrevivência a partidos de esquerda, pelo menos enquanto organização política transformadora.

A reforma política está em aberto e em total disputa. Ela é, de fato, uma oportunidade para avançarmos no processo de democratização deste País, porém, não está descartada a possibilidade de retrocessos.

Em um quadro como este, desconsiderar algumas das virtudes do atual modelo eleitoral, como o sistema proporcional, poderá se tornar uma verdadeira armadilha, abrindo caminho para modelos ainda mais restritivos do ponto de vista da representatividade social, como o distritão ou distrital puro ou mesmo misto, voto facultativo, candidaturas avulsas que ao fim e ao cabo levarão a uma maior concentração de poder.

Setores conservadores deste País se organizam em torno de duas posições, entre aqueles que já estão se esforçando para que a reforma se inviabilize não avançando um milímetro, e, outro que está enxergando como uma oportunidade para fazer uma contrarreforma conservadora, promovendo um verdadeiro golpe contra a democracia.

Se por um lado considero que o atual modelo de eleições proporcionais possibilitou, mesmo que de forma bastante lenta e gradual, chegarmos ao patamar que nos encontramos, por outro estou plenamente convencida que ele não permite que continuemos avançando e aprofundando as mudanças de cunho estrutural e de caráter estratégico.

Com isto quero dizer o seguinte: nas regras atuais do jogo, as trabalhadoras e os trabalhadores, as mulheres, os negros, os jovens e a esquerda, estarão sempre subrepresentados.

Mas não é o que pensa a direita deste País, pois, em que pese este sistema ser gerador de crises e escândalos, ele continua sendo perfeitamente funcional para os seus interesses. A experiência tem demonstrado que a esquerda pode até conquistar governos, entretanto, sem maiorias legislativas. Pode até formar maiorias legislativas, entretanto, sem coesão programática, política e muito menos ideológica.

Neste contexto, nossos governos continuarão encontrando enormes obstáculos à aprovação de medidas que signifiquem mudanças capazes de incidir na correlação de forças do poder.

A lógica predominante no atual modelo político-eleitoral imputa enormes dificuldades de sobrevivência a partidos de esquerda, pelo menos enquanto organização política transformadora. Por isto que a socióloga Maria Victoria Benevides, de forma serena, afirma que “a Reforma Política é mãe de todas as reformas”.

É com esta convicção que precisamos dedicar as nossas melhores energias para corrigir as enormes distorções do atual sistema representativo e implantar os mecanismos de exercício de democracia direta, como plebiscitos e referendos, entre outros.

Não podemos considerar como democrático de fato, um sistema que permite que alguns poucos segmentos sociais minoritários os concentrem enormes poderes, excluindo amplos setores majoritários da sociedade. Por exemplo: os ruralistas, sozinhos, elegeram, segundo o DIAP, mais de 140 representantes no Congresso. Contraditoriamente os índios que estão em torno de 400 mil não conseguiram eleger um representante sequer. Nós, mulheres que somos mais de 51% da população conquistamos na Câmara menos de 10% das cadeiras, ou seja, 46 deputadas, e apenas 12 cadeiras no Senado federal, ou seja, menos de 15% da casa.

Simplesmente uma representação inaceitável. Isto sem citar os negros e negras.

Do atual sistema, devemos trabalhar para preservar alguns pontos que considero positivos.

Entre estes, destaco: o sistema proporcional nas eleições parlamentares; o voto obrigatório, e; a ausência de cláusula de barreiras.

Lutaremos para mudar os seguintes pontos:

- O financiamento privado das eleições, que potencializa a influência do grande capital na política provocando escandalosos desequilíbrios nas disputas, fornecendo um ambiente propício a corrupção e escândalos.
- O voto nominal nas eleições proporcional, ou seja, o voto em indivíduos, provocando enfraquecimento dos partidos, promovendo o personalismo, o individualismo, a despolitização e o rebaixamento programático.
- O excessivo tempo de mandato de senadores e a forma de eleição dos suplentes consideradas uma verdadeira distorção à democracia e a legitimidade.
- E por fim, a subrepresentação de segmentos da sociedade como mulheres, negros e índios, entre outros.

Segundo dados da União Interparlamentar, o Brasil até 2010, entre 187 países, ocupava o centésimo segundo lugar no ranking, atrás de vários países sul-americanos.

Na Argentina, as mulheres conquistaram avanços significativos em relação ao Brasil. Desde a década de 90 aprovaram a Lei de Cotas, que obriga os partidos políticos (sob pena de severas punições) ordenarem a lista com mulheres pelo menos nas posições terceira, quinta e sétima. Antes da vigência desta lei, a proporção de mulheres na Câmara de Deputados da Argentina era apenas de 7%. Na primeira eleição, já sob a nova lei saltou para 21%. Hoje a presença da mulher no parlamento é superior 40%.

Por fim, destaco que a reforma política, avançará mais ou menos, a depender do nível de mobilização e pressão social que conquistarmos.★

***Ana Rita** é senadora (PT/ES)

Construir a vitória

Celso Andreon, Emilio Font,
*José Otávio Baioco e Martin Covre**

O PT continua sendo a principal força política e tem plenas condições de manter a prefeitura de Vitória em 2012, caminhando para a construção de uma unidade interna em torno de um nome com potencial real de vencer: a companheira Iriny Lopes.

O Espírito Santo sempre foi um estado importante para o PT, em que pese ser um dos menores da federação. No estado foi eleito o terceiro prefeito da história do partido, Magno Pires em 1987; uma das primeiras capitais, Vitor Buaiz em 1988 - junto com Porto Alegre e São Paulo; e também o primeiro governador, Vitor Buaiz em 1992, que completaria o mandato já fora do PT.

Nas eleições municipais de 2008, o PT foi o partido mais votado no estado, elegendo prefeitos em seis municípios, entre eles a capital Vitória, mais 53 vereadores.

O Partido sai das eleições de 2010 com um vice-governador, Givaldo Vieira; uma deputada federal, Iriny Lopes; quatro deputados estaduais; e, com a eleição de Renato Casagrande (PSB) ao governo do estado, ganha uma vaga no senado com a posse da suplente Ana Rita.

Trata-se portanto de um partido de peso no cenário estadual e que, acertadamente, já iniciou o debate interno sobre a tática eleitoral para 2012. Dentre diversos objetivos está o de manter as seis prefeituras através da reeleição do PT onde já somos governo.

A importância de Vitória

Neste cenário, o município mais importante é sem dúvida a capital Vitória. Importante não só para o PT do estado, mas também para o próprio PT em nível nacional. Afinal, trata-se da única capital governada pelo PT nas regiões Sul e Sudeste do país.

A atual administração do PT governa a cidade desde 2005, com a eleição de João Coser, reeleito em 2008.

Trata-se de um governo que deixa uma marca de investimentos significativos em políticas sociais. Seus avanços nas áreas de saúde, educação, cidadania, assistência social, habitação, entre outras, são de longe os maiores em toda a história do município. O governo Coser deixa, também, um legado de políticas sociais que garantem a marca de quem efetivamente inverteu prioridades. Ao mesmo tempo, o governo Coser não deixou de investir em obras importantes e significativas para o município. As comparações numéricas entre o antes e depois do PT são inquestionáveis.

O quadro inclui, porém, alguns problemas e abalos. Além disso, a crise de 2008 atingiu de forma significativa o município, que tem na arrecadação portuária uma importante fonte de recursos. Como efeito da crise, a prefeitura acumulou uma série de dívidas, paralisou obras e reduziu alguns serviços públicos.

A esse quadro alguns agregam uma presença excessiva do PMDB no governo (que detém a vice-prefeitura), que somados a opções políticas e problemas administrativos, resultaram numa queda de popularidade.

Seja como for, o balanço global é positivo: trata-se de um governo que adotou políticas e bandeiras históricas do PT e da esquerda. Neste sentido, manter a prefeitura de Vitória é uma necessidade de extrema importância política para o PT.

O quadro para 2012

Antes da eleição de João Coser, administraram a cidade Paulo Hartung (à época no PSDB), de 1993 a 1996; e Luiz Paulo do PSDB, de 1997 a 2004.

Paulo Hartung se tornaria posteriormente senador e governador do estado (neste último cargo pelo PMDB) de 2003 a 2010. Já Luiz Paulo se tornaria deputado federal.

Paulo Hartung, de forma a manter seu espaço político, deixa em aberto a possibilidade de candidatar-se em 2012, porém dificilmente o fará. Luiz Paulo, funcionário de carreira do BNDES, reside no Rio de Janeiro e ao que tudo indica, conforme as próprias declarações, não será candidato.

Ainda no campo conservador e da direita, há a possibilidade de outras candidaturas: do deputado federal Cesar Colnagno (PSDB); do deputado estadual Luciano Resende (PPS), que perdeu a eleição para João Coser em 2008; do deputado federal Lelo Coimbra (PMDB) e da também da deputada federal Rose de Freitas (PMDB).

Enquanto isto, o PT continua sendo a principal força política e tem plenas condições de manter a prefeitura em 2012, caminhando para a construção de uma unidade interna em torno de um nome com potencial real de vencer a disputa: a companheira Iriny Lopes.

Deputada federal eleita por 3 mandatos consecutivos, Iriny tem sua principal base eleitoral no município de Vitória, já foi candidata a prefeita em 2000, num cenário extremamente adverso, no qual concorria contra a reeleição de Luiz Paulo do PSDB, e mesmo sem infraestrutura e recursos atingiu 12,29% dos votos.

De todos os possíveis postulantes, é de longe a com maior capacidade política e administrativa para o cargo, dominando como poucos as potencialidades e problemas da cidade.

Para sermos vitoriosos devemos mobilizar e sensibilizar a base partidária, suas instâncias e direção (inclusive a nacional) sobre a importância de mantermos a única capital por nós governada nas regiões sul e sudeste. E construir um programa de governo capaz de garantir o que é mais importante: a qualidade de vida para os moradores de Vitória, com honestidade, democracia e participação popular.★

***Celso Andreon, Emilio Font, José Otávio Baioco** e **Martin Covre** são militantes petistas e assessores da senadora Ana Rita (PT-ES).

EXPEDIENTE

Página 13 é um jornal publicado sob responsabilidade da direção nacional da Articulação de Esquerda, tendência interna do Partido dos Trabalhadores. Circulação interna ao PT. Matérias assinadas não refletem, necessariamente, a posição da tendência.

Direção Nacional da AE: Adriano Oliveira (RS), Altemir Viana (AM), Ana Lúcia Vieira (SE), Angélica Fernandes (SP), Bruno Elias (TO), Beto Aguiar (RS), Célio Antonio (SC), Expedito Solaney (PE), Fábio Pessoa (PA), Iole Iliada (SP), Ivan Alex (BA), Iriny Lopes (ES), Isaias Dias (SP), Jairo Rocha (MT), José Fritsch (SC), José Ricardo (DF), Larissa Campos (MG), Laudicéia Schuaba Andrade (ES), Lício Lobo(SP), Mário Cândido de Oliveira (PR), Marcel Frison (RS), Marcelino Gallo (BA), Marcelo Mascarenha (PI), Múcio Magalhães (PE), Olavo Brandão (RJ), Pedro Moreira (MG), Pere Petit (PA), Rafael Pops (DF), Rosana Ramos (DF), Rosana Tenroller (RS), Rodrigo César (RJ), Rubens Alves (MS), Thalita Coelho (PA), Valter Pomar (SP).

Edição: Valter Pomar **Diagramação:** Cláudio Gonzalez (MTB 28961) **Secretaria Gráfica e Assinaturas:** Edma Valquer edmawalker@gmail.com
Endereço para correspondência: R. Silveira Martins,147 conj. 11- São Paulo/SP CEP 01019-000

Twitter e cassação na terra do petróleo

*André Barbosa**

Do interior do estado do Rio de Janeiro, Macaé, a Princesinha do Atlântico (para os românticos), é uma cidade que já foi conhecida por ser uma "vila de pescadores" e "Moscouzinha" durante o período da ditadura militar, pois se tratava de um foco de resistência aos militares.

Hoje é uma cidade bilionária, em função dos royalties do petróleo. Seu orçamento nos últimos dois anos passou de R$ 1 bilhão – isso para um município com cerca de 200 mil habitantes.

Deste bilionário orçamento, 6% – ou R$ 41 milhões em 2011 – vai direto para a Câmara de Vereadores. E é justamente o legislativo municipal da cidade que está, desde o mês passado, no noticiário nacional, da grande imprensa à imprensa alternativa, por uma atitude bem peculiar: ter aberto processo de cassação e, até agora, afastado por noventa dias o vereador Danilo Funke (PT), único parlamentar de oposição na cidade, por ter transmitido sessões do Legislativo via Twitter, pela ferramenta Twitcam, e também por ter divulgado em seu site o voto dos vereadores. Voto aberto, diga-se de passagem.

A Câmara Municipal de Macaé entrou no noticiário nacional após ter afastado o vereador Danilo Funke (PT), único parlamentar de oposição na cidade, por ter transmitido sessões do Legislativo via Twitter e também por ter divulgado o voto aberto dos vereadores.

O caso estourou de vez na sessão do dia 12 de abril. Danilo Funke levou ao plenário a proposta de criação do Plano de Cargos e Salários dos Professores Municipais. Com exceção do parlamentar petista e de outro vereador, todos os demais foram contra a indicação. Inclusive, pasmem, o vereador Igor Sardinha, que recentemente pediu filiação ao PT, também votou a contra a matéria (indicação) e a favor da execração (punição) do seu "colega".

O site de Danilo Funke (www.danilofunke.com.br) divulgou o voto de cada um. Este fato, associado à transmissão on line das sessões, irritou a política conservadora de Macaé. Democratização da comunicação e da informação não passa pela cabeça de boa parte dos políticos da cidade, governada há trinta anos pela mesma família.

Um vereador do PMDB, mesmo partido do prefeito, entrou com pedido de cassação por "uso indevido da imagem" – apontando sua foto junto ao seu voto no site. No processo ele também alegou que a transmissão ao vivo, pela Twitcam, feita por meio do Twitter do próprio vereador (@danilofunke), se deu com edição de imagens, enaltecendo apenas o vereador petista. Transmissão ao vivo, pelo Twitcam, com uma webcam, ter edição com lapso de tempo e imagem? Algo meio difícil de acontecer. Enfim, o petróleo passa por Macaé. Já a evolução política...

"É preciso lembrar que no ano de 2010, foi aprovado na Câmara, por maioria de votos, um requerimento proposto por mim que busca justamente garantir essa transmissão ao vivo pela Internet. Além disso, as fotos usadas em meu site não continham montagens ou alterações de qualquer tipo, tendo sido retiradas do próprio site da Câmara. Ou seja: não se pode ter expectativa de privacidade no uso das mesmas", salienta o parlamentar Danilo Funke.

Desde 17 de maio, o petista está suspenso das sessões plenárias por noventa dias para, segundo a decisão da Comissão de Ética da Câmara de Macaé, não atrapalhar as investigações sobre o caso. Esta suspensão ainda pode ser prorrogada por mais noventa dias.

Vale acrescentar que nesta semana as redes socias, principalmente Twitter, Facebook e blogs, estão recheados de nomes dos deputados federais que votaram contra e favor da matéria sobre o Novo Código Florestal. Fica então a pergunta: os deputados devem pedir punição contra os usuários das redes sociais e blogueiros?

De volta a Macaé, o que todos sabem é que este afastamento, e a possível cassação, é uma atitude política. Na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, a bancada do PT já divulgou uma nota em defesa do parlamentar petista.

Inês Pandeló, líder da bancada, leu o texto no plenário da Assembleia. Porém, há de se lamentar o fato do diretório municipal do PT de Macaé, por força de uma maioria governista local, insistir em não dar respaldo ao vereador. Ao que parece, na cidade bilionária, há ainda muita água turva a esclarecer na cena política, para além do petróleo de Macaé.

Finalizando e resumindo a situação: um vereador do PT; oriundo do movimento estudantil; bancário; em seu primeiro mandato; vem então participar de uma Casa Legislativa no solitário papel de oposição; propõe então que seja aprovado, por esta referida casa, o dito PCCV-Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos professores municipais. Qual foi a reação os seus "nobres edis"? "SOMOS CONTRA!" Fica então muito clara neste episódio a "luta de classes".

A bancada governista local posicionou-se em bloco, com toda a sua truculência e voracidade, contra a proposta do vereador petista de tirar da gaveta uma reivindicação dos profissionais da educação. Reivindicação esta que já vem sendo pleiteada há anos. Aliás, este pleito não é só dos professores, mas de todo o funcionalismo público do município de Macaé.★

***André Barbosa** é membro do Diretório Municipal do PT de Macaé

SÃO PAULO

Diadema em greve

Em Diadema (SP), prefeitura e sindicato são dirigidos por petistas, mesmo assim, o Executivo municipal foi intransigente e negou as reivindicações do funcionalismo.

Não é a primeira, nem será a última vez que os trabalhadores do serviço público entram em greve contra governos dirigidos pelo PT. Faz parte das contradições do processo, poderíamos dizer. Mas também poderíamos dizer que às vezes faz falta, para quem dirige nossos governos, a percepção de que os funcionários públicos e seu Sindicato merecem a mesma atenção e diálogo que são concedidas a outros setores da sociedade.

No caso de Diadema, a greve durou 23 dias, começando no dia 28 de abril e se prolongando até o dia 20 de maio, quando foi suspensa então por determinação do TRT.

Página 13 reproduz, a seguir, textos publicados pelo Boletim do Sindicato dos Funcionários Públicos de Diadema, no primeiro e no último dia da greve.

28 de abril

Não vamos andar para trás
Não ao arrocho salarial na Prefeitura

Nos dias 15, 18 e 19 de abril a rodada de negociações resultou apenas em cronogramas para alguns itens da Pauta de Reivindicações, sem qualquer avanço no essencial das questões.

Vale alimentação que não cobre sequer a inflação dos alimentos, Vale Refeição sem proposta concreta, Revisão do Estatuto do Magistério continua sem apresentação de uma nova tabela salarial e, principalmente, data para implantação da prometida equiparação salarial dos professores.

Em relação ao reajuste, a Prefeitura de Diadema a teve coragem de propor um acordo de arrocho salarial por dois anos, para as datas base de 2011 e 2012, da seguinte forma: 2% a partir de 01/12/2011, 2% a partir de 01/02/2012; 2% a partir de 01/04/2012; 2% a partir de 01/07/2012 e 2% a partir de 01/09/2012.

A Prefeitura trata a reposição da inflação como se fosse aumento real alegando que somente em Diadema houve reajuste nos últimos dois anos. Nossa categoria conquistou esta reposição com muita luta, em 5 anos de reconstrução e organização do Sindicato, com capacidade de negociação, mas sobretudo com a categoria na rua, em atos, paralisações e greve.

Alegam dificuldades financeiras, mas a Prefeitura tem dois pesos e duas medidas. Numa semana anuncia na imprensa um grande crescimento econômico na cidade e que as contas da Prefeitura estão equilibradas. Mas quando se trata do reajuste dos funcionários

apresentam um quadro tenebroso, que não combina com o desenvolvimento e crescimento econômico do Brasil e da cidade.

Vários contratos de terceirização de serviços, entre eles a merenda escolar e a alimentação (de péssima qualidade) oferecida aos funcionários públicos, são reajustadas com índices bem superiores à inflação no último ano. Mais uma vez, dois pesos e duas medidas: para os funcionários arrocho salarial, para as empresas terceirizadas reajustes generosos.

Se a cidade ainda não está um caos é graças ao esforço de milhares de professores, pessoal da saúde, obras, habitação, enfim, funcionários de todas as funções e setores, que mesmo sem condições de trabalho, buscam qualificar os serviços.

Diante da intransigência, da falta de uma política salarial e de valorização profissional , vamos à greve, em defesa da categoria, e absolutamente sintonizados com os princípios cutistas de independência e autonomia sindical em relação a governos e a partidos.

Juntos somos Fortes!

31 de Maio

Campanha Salarial 2011
A mobilização por um bom acordo continua
Se tiver intransigência, decisão só na Justiça!

No dia 26 de maio aconteceu a primeira reunião entre diretores do Sindicato e representantes da Prefeitura depois da suspensão da greve.

A categoria suspendeu a greve acatando orientação do Tribunal Regional do Trabalho, que decidiu pela reabertura das negociações e pagamento dos dias parados.

Se no prazo de um mês não for construído um acordo que seja aprovado pela categoria em assembléia, o Tribunal irá julgar o dissídio.

É fundamental que os trabalhadores continuem mobilizados.

Essa união na luta em torno do Sindicato manteve uma greve de fôlego que ficava mais forte a cada dia que passava, como demonstrou a grande manifestação e passeata que realizamos no dia que antecedeu a suspensão da greve, unindo a população e os trabalhadores.

A nossa organização deve continuar, uma vez que a campanha salarial ainda não acabou. Se sair um acordo, ele deverá ser construído até o dia 28 de junho, data limite fixada pelo TRT. Até lá serão realizadas cinco reuniões com a Prefeitura.

As negociações dos pontos econômicos começarão no dia 02 de junho, próxima quinta-feira. As equipes econômicas da Prefeitura e do Sindicato discutirão os dados publicados (em letras milimétricas) no dia 29 de maio referente ao Relatório de Gestão

Fiscal. Diferente da projeção da Secretaria de Finanças da PMD (50,55%), o índice apurado no 1º Quadrimestre foi de 48,22% com a relação percentual entre a receita corrente líquida e as despesas com pessoal de janeiro a abril deste ano.

É preciso dizer que a Prefeitura poderia e deveria ter antecipado a divulgação deste relatório durante as tentativas anteriores de negociação, mesmo durante a greve, mas não se dispôs a fazê-lo.

É bom lembrar que nesse índice não podem ser computados os gastos com benefícios como vale transporte, vale alimentação e vale refeição.

O Sindicato espera construir um acordo que satisfaça às expectativas da categoria. Caso contrário, permanecendo a postura da Prefeitura, uma decisão sobre o dissidio será tomada pelo Tribunal Regional do Trabalho.★

SINDICAL

Atenção para a plenária da CUT

A 13ª Plenária Nacional da CUT vai ser realizada de 3 a 7 de outubro de 2011, provavelmente em São Paulo, tendo a seguinte pauta e temário: a) conjuntura: Nacional e Internacional; b) Estratégia; c) Projeto Político Organizativo; d) Estatuto; e) Recomposição da Direção Nacional; f) Plano de Lutas; g) Convocação do 11º Congresso Nacional da CUT.

Conforme deliberação do 10º CONCUT, a tirada de delegados/as para a 13ª Plenária, dado seu caráter de mudanças estatutárias, deverá ser feita exclusivamente nas assembléias dos Sindicatos de base, não sendo aceitos delegados/as escolhidos em reuniões de Direção ou de Coordenação dos sindicatos.

Delegados e Delegadas dos Estados serão eleitos nas Plenárias Estaduais, na proporção de um delegado ou delegada para cada 10.000 (dez mil) sindicalizados/as no Estado. E Delegados e Delegadas dos ramos serão eleitos nas Confederações e Federações Nacionais, eleitos/as em reuniões dos respectivos conselhos, na proporção de um delegado ou delegada para cada 20.000 (vinte mil) sindicalizados/as.

O calendário da 13ª Plenária Nacional da CUT é o seguinte:

Até 15 de junho de 2011:
As Estaduais da CUT devem informar a data das Plenárias Estaduais, o nome do/a coordenador/a adjunto e o coeficiente.
■ As Confederações devem informar a data da reunião do Conselho e o nome do/a coordenador/a adjunto.

Até 30 de junho de 2011:
■ Prazo para novas filiações e atualização de dados cadastrais (base, sócios/as, sócios/as quites e aposentados/as).
■ Prazo para informar a CUT Nacional as oposições sindicais reconhecidas e acompanhadas pela Estadual da CUT.
■ Prazo para quitação das contribuições estatutárias das entidades filiadas - dívidas anteriores.

30 de Junho e 01 de julho de 2011:
■ Reunião da Direção Nacional da CUT para deliberar sobre o Texto Base da Direção Nacional para a 13ª Plenária Nacional.

07 de julho de 2011:
■ Divulgação de listagem prévia das entidades aptas a participar da 13ª Plenária.
■ Prazo para divulgação do texto base.

07 de julho a 02 de agosto de 2011:
■ Realização de assembleias de base para eleição de delegados/as às plenárias estaduais.

15 de julho de 2011:
■ Divulgação de listagem oficial das entidades aptas a participar da 13ª Plenária.

21 de julho de 2011:
■ Último dia para apresentação de recursos pelas Estaduais da CUT sobre filiação, quitação financeira, cadastro e casos omissos.

26 de julho de 2011:
■ Divulgação pela Coordenação Nacional da Plenária, do número de delegados/as que cada Estadual da CUT e Confederação terá direito à 13ª Plenária Nacional.

11 agosto a 04 setembro de 2011:
■ Realização das Plenárias Estaduais e Conselhos das Confederações Nacionais para escolha dos/as delegados/as à 13ª Plenária Nacional da CUT.

15 de setembro de 2011:
■ Prazo final para inscrição de delegados/as das instâncias à 13ª Plenária Nacional.
■ Prazo final para envio à CUT Nacional das propostas aprovadas nas plenárias estaduais e nas reuniões dos conselhos da Estrutura Vertical, para serem apreciadas pela 13ª Plenária Nacional da CUT, no que se refere à pauta e temário.
03 a 07 de outubro de 2011:
■ 13ª Plenária Nacional da CUT

SÃO PAULO

Crise em Campinas

Como em outros locais do país, como em outros momentos de nossa história recente, o tema da corrupção transformou-se no centro da disputa política da cidade de Campinas. Um governo dirigido pelo Doutor Hélio (PDT), tendo como vice o petista Demétrio Villagra, é alvo de investigações e denúncias patrocinadas pelo Ministério Público, pela Polícia Civil e estimuladas pelos meios de comunicação.

Evidentemente, a tucanagem é patrocinadora e também beneficiária das denúncias e investigações. O problema é que há fortes indícios de que realmente exista, no interior da administração municipal, um grupo dedicado a ações ilegais e inaceitáveis no trato do patrimônio público.

Frente a esta situação, a Articulação de Esquerda de Campinas divulgou uma nota, que repercutiu dentro e fora do Partido, em grande medida graças ao presidente estadual do PT,-SP, companheiro Edinho, que tomou a inusitada e despropositada atitude de fazer uma nota pública atacando as posições de uma tendência partidária.

A nota da direção municipal da AE Campinas, divulgada no dia 24 de maio, diz o seguinte:

A Articulação de Esquerda -- corrente interna do PT -- desde as eleições de 2004 vem apresentando posições críticas acerca do governo Hélio. Naquele momento defendíamos que o PT não fizesse parte do governo por razões políticas e programáticas, o que coincidiu com a posição da maioria dos militantes reunidos num Encontro Municipal. Contra a orientação do PT, vários militantes assumiram funções na Secretaria de Transportes, na Coordenadoria do OP, entre outros setores, causando desorientação política e desrespeito aos espaços decisórios do Partido.

Em 2008, defendemos candidatura própria baseado num balanço crítico do governo municipal, que iniciou sua gestão descumprindo os acordos firmados com o PT durante o segundo turno das eleições de 2004 e que, num sentido contrário ao nosso histórico programa, desmontou quase todos os programas do governo Toninho/Izalene e iniciou um processo de privatização e sucateamento do serviço público municipal. Fomos vencidos ⇨

internamente e o PT optou por compor com o governo sem que tivesse o direito de indicar o vice na coligação, indicação feita pelo próprio prefeito. Ainda assim o PT se submeteu e aceitou a empreitada.

Durante todo o segundo governo Hélio os problemas que havíamos apontado aprofundaram-se: as políticas públicas e sociais, terceirizadas e privatizadas, viraram um balcão de negócios assumidos por entidades, ONGs e organizações privadas, o funcionalismo sofreu arrocho salarial, os conselhos municipais foram aparelhados pelo governo para defender interesses privados.

Neste exato momento, diante das denuncias de corrupção orquestrada por membros do primeiro escalão do governo Hélio, o PT Campinas sofre o maior desgaste político de sua história. Coerentes com as posições assumidas desde 2004 defendemos que o PT entregue todos os cargos assumidos por seus filiados no governo municipal, acompanhe todo o processo de investigação da Comissão Processante da Câmara Municipal de Campinas e, confirmadas as denúncias, defenda o impedimento do Prefeito Hélio. Defendemos também que a executiva municipal se reúna com o Vice-Prefeito Demétrio Villagra para obter todas as informações necessárias e adote as medidas cabíveis.★

Isaias Aparecido Lopes da Silva

MULHERES

Fórum Nacional

Fórum Nacional de Organismo de Políticas para Mulheres foi realizado na última semana de maio (23 a 25/05), em Brasília

A efetivação das políticas para as mulheres, no âmbito dos estados e municípios, depende em grande parte da presença de organismos executores destas políticas. Para a ministra das Mulheres, Iriny Lopes, o desafio é ampliar a presença desses organismos, "já que hoje eles existem em menos de 10% num universo de mais de cinco mil e 500 municípios em todo o país. E nem mesmo todos os Estados contam com uma Secretaria de Mulheres para coordenar essas políticas".

De acordo com a ministra das Mulheres, é preciso abrir um diálogo amplo com todos os governos para que cada um assuma sua responsabilidade. "Estamos construindo uma agenda positiva com os municípios e estados que beneficie as mulheres, pois são estâncias de poder com papel extremamente importante na efetivação das políticas para as mulheres, porque é lá, na ponta, que elas se concretizam", disse.

Para discutir a efetivação das políticas para as mulheres, o fortalecimento dos organismos executores dessas políticas e a mobilização para as rodadas municipais e estaduais da 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, a SPM convocou o Fórum Nacional de Organismo de Políticas para Mulheres, realizado na última semana de maio (23 a 25/05), em Brasília, com a participação de mais de 200 municípios e 21 Estados de todas as regiões.

A Subsecretária de Planejamento e Gestão Interna da SPM, Renata Rossi, debateu com as participantes a gestão da política para as mulheres - a transversalidade como estratégia e a gestão dessa transversalidade para o alcance dos objetivos propostos. Para Renata Rossi, a transversalidade garante a implementação das políticas para as Mulheres, reconhece e dá relevância aos organismos estaduais e municipais como coordenadores dessas políticas na relação com os demais órgãos de governo e entes da Federação, em diálogo com a sociedade e movimentos sociais.

Reforma política e PPA também foram pautas de debate entre as gestoras presentes que enfatizaram a necessidade do governo federal e governos estaduais definirem claramente as políticas para as mulheres no PPA (2012 – 2015), que vai orientar os projetos e os programas de governo para os próximos quatro anos.

Renata Rossi avaliou que houve avanços nos últimos anos na execução das políticas para as mulheres, mas os desafios de ampliar e aprofundar as políticas continuam. "Temos que ter olhar crítico e aprofundar o debate sobre como podemos incidir nos outros temas do programa de governo que estão sendo incluídos no PPA para garantir a materialidade da transversalidade das políticas para as mulheres, guardando a autonomia dos municípios", disse. A subsecretária de Planejamento da SPM salientou ainda que o novo PPA prevê e fortalece a idéia da cultura de planejamento com definição de indicadores, o que vai facilitar o acompanhamento da aplicação dessas políticas. A 3ª Conferência Nacional das Mulheres que ocorre de 12 a 14 de dezembro, também foi pauta entre as gestoras.★

Mulheres do campo e das florestas discutem violência

Ainda sob o impacto dos assassinatos de quatro camponeses e seringueiros nos estados do Pará e Rondônia, o Fórum Nacional Permanente de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo e das Florestas, realizado no final de maio (30-31/5) em Brasília, avaliou as condições das mulheres camponesas e das florestas frente à violência. Convocado pela Secretaria de Política para as Mulheres, o Fórum é composto por representantes de movimentos sociais do campo e das florestas e governo federal.

Estavam na pauta o debate de propostas de políticas públicas e o Plano Plurianual (PPA 2012- 2015), voltadas às mulheres do campo e das florestas, e a participação das camponesas e florestanas na 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, que ocorre de 12 a 14 de dezembro.

A diretora da Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, Ane Cruz, apresentou a nova estrutura da SPM, falou sobre meta da presidenta Dilma Rousseff de erradicar a pobreza e a miséria e fez uma retrospectiva do Fórum. Segundo Ane Cruz apenas 4% das ligações recebidas pela Central 180 - Central Telefônica de atendimento às mulheres em situação de risco em todo o país, são de mulheres do campo. "Existe uma grande invisibilidade, porém, isso já está mudando graças à Marcha das Margaridas e ao fórum", explicou. Ane Cruz lembrou que a maior disparidade entre a mulher do meio rural e a urbana está no acesso aos equipamentos sociais e à informação, quase inexistentes para as camponesas e florestanas.

A Secretária Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, Aparecida Gonçalves, representando a ministra Iriny Lopes, contextualizou a luta das mulheres no combate à violência, falou sobre as realizações do governo brasileiro - a criação da Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180 -, a Lei Maria da Penha, as metas e ações do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, tráfico de mulheres e prostituição.★

POLÍTICA CONTRA O INFERNO ASTRAL

O Partido dos Trabalhadores ainda não realizou um balanço completo da atuação do governo Dilma Roussef. As resoluções públicas, como não poderia deixar de ser, são de apoio e de concordância com a linha adotada pelo governo. Mas nos bastidores, existem críticas de todos os tipos e sabores, que vão do ministério da Cultura ao Itamaraty.

Some-se a isto, a situação do Congresso Nacional, onde a maioria nominal do governo convive com uma maioria real do conservadorismo, parte dele governista, que mostrou suas garras na votação do Código Florestal, onde não faltou nem mesmo a macabra comemoração do assassinato de dois militantes camponeses e ambientalistas.

Agregue-se ao quadro as movimentações de setores da base governista, especialmente o PMDB e o PSB, que parecem estar diuturnamente envolvidos com o seguinte tema: como sobrepujar a influência do Partido dos Trabalhadores, agora e em 2014.

Finalmente, temos o caso Palocci, demonstração cabal de que tínhamos razão aqueles que apontávamos que os temas de natureza "ética" continuariam nos assombrando. Posição completamente desconsiderada pela maioria do DN, quando decidiu reintegrar Delúbio às nossas fileiras.

Tudo isto e algo mais considerado, parece que estamos num momento de inferno astral. Note-se que o governo segue, tendo recentemente lançado um programa fundamental, de combate à pobreza extrema. O que significa que o problema talvez esteja noutro lugar: na política.

Seja como for, é normal que seja assim. Guardadas as proporções, foi assim em 2003-2004. E melhor que seja agora, do que seja ano que vem.

Página 13 publica, nesta edição, vários textos que achamos contribuirão para entender e superar esta situação.★

OPINIÃO

Alguns significados do caso Palocci

*Olavo Carneiro**

A divulgação dos rendimentos milionários do então ministro Palocci com "consultorias" obriga aos militantes petistas socialistas a realizarem pelo menos duas reflexões. Uma reflexão é porque foi feito alarde tão grande com uma prática comum e aparentemente legal na sociedade brasileira -- ocupar cargos públicos e ficar rico. A outra reflexão é a correção de um quadro de esquerda e importante integrante das gestões do poder público ficar literalmente milionário.

Não é possível negar o fato de que Palocci se firmou como um dos assessores mais próximos e importantes da presidenta Dilma na condução inicial do governo. Na função de ministro da Casa Civil ele é responsável, entre outras coisas, pela interlocução com o empresariado, com o capital financeiro, com o Congresso Nacional, por articular as nomeações do governo.

Apesar de ser considerado um porta-voz dos banqueiros dentro do PT e receber elogios da oposição de direita (a grande imprensa e os partidos PSDB, DEM e PPS) por suas posições e feitos na macroeconomia, seu papel central no governo Dilma e as insatisfações com as nomeações o tornaram um alvo político da oposição, e talvez de fogo "amigo".

O problema é que os fatos justificam o grau de fragilização política em que se encontra Palocci, pois mesmo em nosso capitalismo não é encarado com naturalidade um político "ganhar" milhões em tão curto prazo e sem clareza da origem dos recursos.

Apesar de ser considerado um porta-voz dos banqueiros dentro do PT e receber elogios da oposição de direita (a grande imprensa e os partidos PSDB, DEM e PPS) por suas posições e feitos na macroeconomia, seu papel central no governo Dilma e as insatisfações com as nomeações o tornaram um alvo político da oposição, e talvez de fogo "amigo".

A partir daí é que entramos na necessária reflexão sobre se é ético e coerente com um projeto de construção do socialismo, um militante de um partido de esquerda acumular riqueza. Não é essa sociedade que as resoluções do PT defendem, nosso projeto é de por fim às desigualdades. Numa sociedade onde a alegria de milhões é poder comer 3 vezes ao dia e a alegria de alguns é ganhar milhões de reais, o enriquecimento milionário de um militante não pode ser ético.

Deste modo, para os petistas e militantes de esquerda, o caso Palocci não se resume a legalidade e a luta política contra os nossos maiores adversários -- a imprensa golpista e o bloco PSDB/DEM/PPS com a sua hipocrisia -- mas também e principalmente quais práticas definimos como condizentes com o nosso projeto de sociedade. Com certeza não são práticas de enriquecimento individual, mesmo quando não tenham no trafico de influencia e no lobby a sua origem. ★

***Olavo B. Carneiro** é membro da Executiva Estadual do PT-RJ e também da Direção Nacional da Articulação de Esquerda.

Sobre o caso Palocci

Frente as denúncias e críticas feitas contra o militante petista Antonio Palocci, manifestamos a seguinte opinião política:

Antonio Palocci é um importante dirigente do Partido dos Trabalhadores e um destacado ministro do governo Dilma Roussef. É por isto que os meios de comunicação e a oposição têm dado grande destaque para o fato de uma empresa de consultoria, de propriedade de Palocci, ter faturado aproximadamente 20 milhões de reais ao longo de 4 anos de atividade, sendo que parte expressiva deste faturamento ocorreu logo em seguida à campanha presidencial de 2010.

Os mesmos que hoje atacam Palocci, o cobriram de elogios em 2003 e 2004, quando ele era apontado pelos tucanos, pelos banqueiros e pela mídia como máxima expressão da "parte sensata" do governo. Vale lembrar que por diversas vezes, Palocci defendeu a continuidade de algumas políticas herdadas do governo FHC, sendo criticado por setores importantes do PT, de outros partidos e dos movimentos sociais, que consideravam Palocci, então Ministro da Fazenda, como uma das principais expressões, ao lado do então presidente do Banco Central Henrique Meirelles, da política de juros altos e do discurso econômico conciliador com a herança maldita.

Os mesmos que elogiavam Palocci, não o pouparam durante a crise de 2005. Julgando que a queda do ministro tido como "âncora" do governo poderia golpear de morte tanto Lula quanto o PT, a mídia e a oposição repercutiram intensamente diversas denúncias contra Palocci, com destaque para uma que ele sempre negou: a de que teria quebrado o sigilo bancário de uma pessoa que o acusava.

Ao contrário do que imaginava a oposição e a mídia, a queda de Palocci não foi o canto do cisne da esquerda brasileira. Pelo contrário, a mudança no comando do Ministério da Fazenda facilitou a mudança na política econômica do governo, preparando o terreno para uma nova vitória de Lula em 2006, para o PAC e para o discurso desenvolvimentista. Mudanças que foram essenciais para a eleição de Dilma Roussef em 2010.

Durante as eleições presidenciais de 2010, o então deputado federal Antonio Palocci assumiu um papel destacado na coordenação da campanha Dilma, tornando-se em seguida uma das principais figuras do futuro governo. Em nossa opinião, que manifestamos na época e repetimos agora, o protagonismo de Palocci não ajudaria um governo que deveria, não apenas dar continuidade, mas principalmente superar os avanços obtidos nos dois mandatos de Lula.

Durante os primeiros meses do governo Dilma, assistimos uma reprise do que havia ocorrido no início do governo Lula. Mais uma vez, tucanos, banqueiros e mídia se puseram a elogiar Palocci como a âncora de sensatez. E, novamente, setores da esquerda política e social o apontaram como um dos responsáveis por supostas ou reais inflexões ortodoxas do novo governo.

Dando prosseguimento a reprise, uma derrota do governo no Parlamento (no tema do Código Florestal) se combina agora com uma ofensiva midiática e política contra um importante ministro do governo. Mais uma vez, aliados de centro-direita se aproveitam da situação para conseguir concessões do governo (como no tema da luta anti-homofobia e noutros temas, menos visíveis). Mais uma vez, o PT se vê na berlinda, acusado de não tratar adequadamente a relação público-privado.

A hipocrisia dos que acusam o PT, não deve nos levar a adotar um comportamento também hipócrita. Todas as informações de que dispomos confirmam a legalidade das atividades empresariais de Antonio Palocci. Mas as circunstâncias em que ele desenvolveu seu trabalho de consultoria, o volume do faturamento da empresa, bem como a ausência de transparência para com a Presidenta e para com o Partido, nos levam a concluir que Antonio Palocci agiu dentro da lei, mas não correspondeu aos parâmetros éticos e políticos que se exigem de um petista, especialmente de alguém com o seu papel no governo.

Por estes motivos, entendemos que Antonio Palocci teria mesmo que demitir-se, evitando assim que a crise se prolongue devido a erros que são de sua estrita responsabilidade. ★

Entre a necessidade e a cautela: o dilema da Avenida Paulista

Em todo este episódio que envolve o vultoso crescimento patrimonial do ministro da Casa Civil Antonio Palocci, o que chama a atenção são os movimentos contraditórios de setores da oposição ao governo Dilma, em especial os tucanos de alta plumagem, como parte da mídia costuma se referir a lideranças como Fernando Henrique Cardoso, José Serra e o senador Aécio Neves.

Enquanto o baixo clero do PSDB e dos seus aliados do DEM e do PPS, a partir do amplo destaque que a mídia concede ao assunto, se movem no sentido de extrair dividendos políticos com a exposição e desgaste do ministro, que na forma de blague comenta-se ser o melhor exemplo de mobilidade social da era Lula, a turma do andar de cima desses partidos, como diria o jornalista Élio Gáspari, opta pela moderação ou pela omissão.

A quem interessar, a mais cristalina explicação para tal cerimônia está disponível numa coluna de Merval Pereira, de *O Globo*, da qual reproduzimos a seguir três parágrafos:

"E os dois principais líderes do PSDB, o ex-governador José Serra e o senador Aécio Neves, ficaram cheio (sic) de dedos ao falar do assunto, a refletir uma sensação generalizada entre os tucanos quando alguém que representa 'o lado bom' do PT está em apuros".

"Na verdade, foi Palocci, depois de convencido por Armínio Fraga, que convenceu Lula de que o melhor seria continuar seguindo a política econômica do governo Fernando Henrique. E certa vez teve a coragem de dizer que o ex-ministro Pedro Malan merecia uma estátua por ter conseguido organizar o sistema bancário brasileiro".

"Por essas e outras, a oposição trata o caso do enriquecimento de Palocci com mais cuidado do que seria de se esperar de uma oposição que há muito está sem rumo e sem uma brecha para exercer o papel que lhe foi determinado pelas urnas".

Se isso reflete o que ora se assiste, a conclusão é livre. De fato, entre a necessidade e a cautela se situa em torno deste tema a oposição ao governo Dilma. Isto é: entre surfar em fatos políticos que a coloquem na ofensiva e, por sua vez, não detonar a principal ponte de interlocução dos interesses da turma da av. Paulista (a Wall Street tupiniquim) que representa, junto a este mesmo governo.

O pior é a defesa de Palocci se basear em procedimentos semelhantes dessa turma que tem vínculos orgânicos com a av. Paulista, e que os exerceu em toda plenitude no período em que integrou o governo Fernando Henrique. Muitos deles que, ao fim e ao cabo, se tornaram banqueiros, voltaram para os bancos onde atuavam ou viraram executivos, consultores de empresas que foram beneficiadas pelo processo de privatização.

Algo que a oposição petista ao governo Fernando Henrique denunciou duramente e com total autoridade. A relação promíscua entre aquele governo e os seus principais integrantes, com o mercado financeiro e parcela do empresariado nacional e transnacional, que se refletia na orientação econômica de transferir ativos públicos e estatais para o setor privado, sob o patrocínio/financiamento do Estado brasileiro, através do BNDES.

No mais, as atividades de Palocci estão cobertas pela legalidade existente, estão? Mas resta saber quais os serviços ou os produtos que sua empresa de consultoria oferecia a esta seleta clientela, que lhe permitiu auferir uma receita tão vultosa em tão curto espaço de tempo.

Um ministro de Estado não pode ter um lado transparente, como deve ser a sua ação pública, e um lado protegido por sigilo, que é a sua atividade privada. Um Janus, o Deus romano de duas caras. ★

Uma maioria encrenqueira?

Página 13 publica a seguir resolução da direção da Articulação de Esquerda, sobre a decisão adotada pelo Diretório Nacional do PT, de aceitar a filiação de Delúbio Soares.

Antes de entrar no assunto principal deste texto, três comentários preliminares.

Primeiro, parabenizamos o companheiro José Eduardo Dutra pela coragem e tranqüilidade com que veio a público, perante a direção partidária e os meios de comunicação, informar seu estado de saúde e explicar os motivos pelos quais não queria mais exercer a presidência nacional do PT.

Nos solidarizamos com ele, opinamos que ele deveria tirar uma licença prolongada e não renunciar; mas frente à sua decisão, pessoal e irrevogável, ressaltamos o tratamento correto que deu a uma questão que, para muitos, ainda é tabu: a saúde das lideranças políticas, especialmente quando envolve problemas de fundo neurológico.

Segundo, saudamos o novo presidente nacional do PT, Rui Falcão.

Desde que Dutra pediu licença, apoiamos integralmente a interinidade de Rui, não apenas por ser ele o primeiro vice-presidente, mas principalmente porque acreditamos que suas qualidades pessoais e políticas o tornam capaz de lidar adequadamente com as exigências da presidência.

Pelos mesmos motivos, confirmada a renúncia de Dutra, defendemos a eleição de Rui no Diretório Nacional, tomando o cuidado de -- ao contrário de outros setores, meio reticentes em privado, mas exuberantes apoiadores em público -- deixar claro que, ao apoiarmos Rui como presidente, substituindo em definitivo Dutra, não perdíamos de vista as divergências que tivemos, temos e certamente seguiremos tendo com ele e principalmente com a chapa que o elegeu para o Diretório Nacional.

Terceiro, comemoramos o conteúdo das decisões sobre conjuntura adotadas pelo Diretório Nacional do PT nos dias 29 e 30 de abril de 2011.

Seja pelas decisões de mérito sobre a reforma política, seja pelo que apontaram como tarefas gerais do Partido (apoiar o governo, defender as reformas política e tributária, defender a democratização da comunicação social, enfrentar o debate ideológico e aproximar-se mais das classes trabalhadoras, aí incluída a defesa das 40 horas), as resoluções adotadas pelo DN fornecem a melhor orientação possível, ou seja, aquela que a atual maioria dirigente foi neste momento capaz de produzir.

O que nos remete para dois grandes erros cometidos nesta reunião do Diretório Nacional.

O primeiro deles é de responsabilidade coletiva: o balanço que se fez do início do governo Dilma. A saber: seja na política externa, seja na política econômica, seja em outras áreas de governo, há problemas políticos, gerenciais e de mérito que precisam ser debatidos e enfrentados urgentemente pelo Partido.

O segundo erro é de responsabilidade exclusiva e intransferível da maioria da direção: aprovar a filiação de Delúbio Soares.

Quando falamos maioria, nos referimos a 60 membros do Diretório Nacional, representantes de todas as chapas, com exceção de duas: Esquerda Socialista e Mensagem ao Partido.

Foram os integrantes destas duas chapas que forneceram os 15 votos contrários à filiação de Delúbio. E que buscaram, através de legítimos procedimentos regimentais, evitar que o DN cometesse o erro que finalmente cometeu.

Aqui vale lembrar o passo a passo da coisa.

Em 2005, Delúbio foi expulso do Partido. A decisão foi adotada pelo Diretório Nacional, após ouvir o parecer de uma comissão de ética que apontou que Delúbio cometera "gestão temerária". Por trás deste termo técnico, um grave problema político: Delúbio terceirizara a gestão financeira do Partido, entregando-a de fato aos métodos, costumes e recursos provenientes de um "operador" vinculado ao PSDB. A expulsão foi aprovada por cerca de 2/3 do DN, contra uma minoria que se absteve ou votou pela suspensão.

Desde aquele momento, até o dia 29 de abril de 2011, Delúbio Soares não fez autocrítica consistente dos erros cometidos. O que é absolutamente compreensível: aos réus (e Delúbio é réu em diversos processos) se reconhece o direito de não produzir provas contra si mesmos. E uma autocrítica implicaria em reconhecer graves erros políticos (alguns dos quais serviram de base para pesadas acusações, com sérias implicações legais) que são de sua total e exclusiva responsabilidade. E implicaria em apontar, também, quais erros envolvem outras pessoas.

Apesar disto, ou por isto mesmo, Delúbio nunca aceitou sua expulsão e sempre lutou por voltar ao Partido. Fez isso antes da campanha Dilma, quando foi convencido a retirar o pedido, que então certamente seria rejeitado. Fez isso novamente agora, quando teve êxito.

Nunca nos ocupamos em analisar, nem tampouco em duvidar, da sinceridade de seus motivos psicológicos e políticos. A questão para nós sempre foi outra: o impacto político, interno ao PT, na sociedade e no judiciário, da refiliação de Delúbio.

Internamente ao PT, a volta de Delúbio é um ponto a favor dos que erraram então, não parecem ter aprendido muito com seus erros, e no fundamental se julgam vítimas das circunstâncias. Alguns até se consideram heróis e, infelizmente, às vezes parecem prontos a errar novamente. Se vão fazê-lo ou não, dependerá do grau de controle e constrangimento que se imponha sobre eles.

Na sociedade, a volta de Delúbio poderá ser considerada por muitos petistas, simpatizantes, aliados e até adversários cordiais, como um sinal de que uma parcela do Partido não parece ter entendido que o quase golpe de 2005 fracassou apesar da ajuda involuntária dada aos golpistas por alguns petistas, que com seus erros forneceram argumentos para os ataques da direita. Se esta parcela "pragmática" vai fornecer novos pretextos aos que odeiam o PT e a esquerda, igualmente dependerá do grau de controle e constrangimento que se imponha sobre ela.

No judiciário, achamos que a volta de Delúbio soará como uma provocação, que poderá ser instrumentalizada de várias formas pelos que pretendem causar danos ao PT.

Esperamos estar enganados, mas achamos que a refiliação de Delúbio poderá fornecer, mesmo que involuntariamente, argumentos para os que defendem a tese da "quadrilha", o que afetará não só o PT, mas também os réus contra os quais não há provas factuais, apenas ilações políticas. Isso porque a readmissão de Delúbio, ainda mais apresentado por alguns como herói e vítima, pode enfraquecer os argumentos utilizados por advogados de defesa e por dirigentes do próprio partido, argumentos que isolavam as atitudes individuais do ex-tesoureiro, das atitudes do Partido.

Por tudo isto, nós da Articulação de Esquerda votamos em 2011 com o mesmo espírito que votamos em 2005: em favor dos interesses coletivos do Partido.

Enfim, o tempo dirá se nossos argumentos estão certos ou errados. De qualquer forma, nossa impressão é de que esta decisão da maioria do DN confirma, mais uma vez, a originalidade do PT. Noutros partidos, não é raro que uma minoria seja acusada de "encrenqueira" pela maioria. Já na atual direção do PT, parece ocorrer o contrário. ★

Carta aberta à presidenta Dilma Rousseff

Presidenta:

Nós, do Setorial Nacional LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) do Partido dos Trabalhadores, instância formal que organiza a intervenção da militância petista na luta anti-homofóbica, queremos dialogar publicamente com a senhora, nossa companheira na construção de um Brasil mais justo.

Gostaríamos de conversar a respeito da polêmica envolvendo os materiais educativos do projeto Escola Sem Homofobia, do MEC (apelidado de "Kit gay", por conservadores).

Ficamos perplexos com as notícias veiculadas ontem, 25 de maio, informando que a senhora teria, em reunião com a "bancada evangélica", decidido suspender a disponibilização dos materiais que estão sendo preparados pelo MEC, no contexto das políticas públicas de promoção do respeito à diversidade nas escolas brasileiras.

Admiramos sua vocação democrática, sua competência e seriedade. Sabemos que é preciso ouvir todos os segmentos da sociedade brasileira, buscando composições e sínteses, implementando as políticas públicas com eficácia, pautadas em critérios técnicos.

Nosso Partido é pioneiro no combate à discriminação contra homossexuais e nos orgulhamos do discurso do ex-presidente Lula, já em 1981, repudiando o preconceito. Somos vanguarda na luta pela afirmação da igualdade -- criamos, já em1992, o primeiro núcleo LGBT em um partido político no país. Estamos juntos ao movimento social LGBT brasileiro, há anos batalhando contra a discriminação.

A maioria das leis e projetos de leis garantindo direitos à população LGBT, em todo o Brasil, são de iniciativa de parlamentares petistas. Marta Suplicy, já em 1995, propôs projeto de lei que estabelecia a união civil homossexual. Várias resoluções de Encontros Nacionais e Congressos do PT -- e também nosso estatuto -- ratificam esse compromisso com de combate ao preconceito e a discriminação em geral, e à homofobia em particular.

O ex-presidente Lula fez história, ao criar, em 2004, o primeiro programa governamental -- Brasil Sem Homofobia -- destinado a promover a igualdade entre todas as pessoas, de qualquer orientação sexual ou identidade de gênero.

Em 2008, o Governo Federal promoveu a 1ª Conferência LGBT, pioneira no mundo. No ano seguinte, foi criado o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e dos Direitos Humanos LGBT -- depois uma Coordenadoria e, posteriormente, um Conselho Nacional.

A maioria do movimento LGBT organizado e dos ativistas de Direitos Humanos fizeram campanha e votaram Dilma, trabalhando dia e noite pela sua eleição. Acreditamos no aprofundamento das políticas cidadãs iniciadas no governo do ex-presidente Lula.

Contudo, temos de reafirmar: o ESTADO BRASILEIRO É LAICO. Nossa Constituição traz entre seus princípios fundamentais, o combate a toda forma de discriminação, a dignidade humana e o pluralismo.

A recente decisão do Supremo Tribunal Federal, igualando as uniões estáveis homossexuais à heterossexuais reafirmou esses princípios básicos da Constituição Federal, assegurando a laicidade do Estado. Uma vitória da democracia brasileira.

Nessa mesma direção, enfatizamos a necessidade de aprofundar as políticas públicas que promovam a diversidade e o respeito às pessoas. Não concordamos, em nenhuma hipótese, com a possibilidade dos materiais elaborados pelo projeto Escola sem Homofobia não chegarem a seus destinatários.

Presidenta:

Um governo progressista, protagonizado por um partido de esquerda, dirigido por uma militante com a sua biografia, não pode transigir com princípios fundamentais da democracia.

A senhora tem deixado muito claro, em diversas ocasiões, que não transigirá na Defesa dos Direitos humanos. Pois bem, é disso que se trata. Não se trata de "costumes", como foi mencionado, mas de direitos civis e políticos, do combate ao preconceito, de políticas pública de promoção da cidadania.

Ficamos muito satisfeitos com o fato de a senhora ter convocado há poucos dias, junto com a companheira Maria do Rosário, a 2ª Conferência Nacional LGBT, uma inequívoca demonstração de continuidade das políticas iniciadas no governo Lula, reafirmando assim o compromisso desse governo com o enfrentamento da homofobia.

O chamado "kit gay" é apenas um singelo material didático, elaborado por especialistas, referendado por entidades como a UNESCO, o Conselho Federal de Psicologia, a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, a UNE, a UBES entre outras.

Esse "kit" foi objeto de uma sórdida campanha, cheia de mentiras e distorções, que criou um sentimento de pânico moral em setores da nossa sociedade. A maior parte das pessoas que o repudiam não conhece seu conteúdo. Não há nada de inadequado, qualquer conteúdo sexual, nenhum beijo, nada, absolutamente nada que poderia atentar contra a qualidade educativa do material.

O objetivo do MEC com esse programa é apenas combater o bullying, que causa tanto sofrimento a milhões de "brasileirinhos", em nossas escolas, fazendo com que muitos se evadam, perdendo o direito humano que têm à educação. O bullying é algo perverso, provoca discriminação, dor, exclusão e até suicídios - pode provocar tragédias.

O Brasil não cederá à chantagem de religiosos homofóbicos, que confundem templo com parlamento, que ignoram a laicidade, o pluralismo e a dignidade humana.

A opinião de alguns deputados fundamentalistas cristãos NÃO É a opinião da maioria do Congresso Nacional, muito menos da maioria da sociedade brasileira. No Congresso, por exemplo, há uma Frente Parlamentar que defende a cidadania LGBT com 175 deputados e senadores.

Presidenta Dilma:

Nós, seus companheiros de Partido e de jornada, ajudamos a elegê-la e também somos responsáveis pelo seu governo. Temos certeza que as políticas de promoção à cidadania LGBT não serão interrompidas.

A democracia brasileira não será chantageada por obscurantistas de plantão. Acreditamos no seu compromisso inabalável com os Direitos Humanos e com a cidadania plena. Seu governo construirá um Brasil melhor para todas e todos.

Apoiamos a continuidade das ações do projeto Escola Sem Homofobia e de todas as políticas inclusivas de seu governo. Sem retrocessos. Solicitamos, portanto, a continuidade imediata da disponibilização do "kit" para as escolas brasileiras.

Não basta combater a pobreza se junto não erradicarmos a violência do preconceito e da discriminação que está ao seu redor. Estarmos certos de contar com sua determinação. ★

Julian Rodrigues,
Coordenador Nacional do Setorial LGBT

Os votos do PT

Página 13 reproduz, ao lado, a lista de votação do projeto Aldo Rebelo. A votação ocorreu na noite de 24 de maio. Ao todo, votaram 475 deputados, 63 dos quais votaram não, mais duas abstenções (uma delas regimental, a do presidente Marco Maia). O líder do PT orientou o voto "Sim". Os demais partidos, com exceção do PSOL e do bloco PV/PPS, também orientaram pelo voto sim. Tanto o governo quanto a minoria orientaram pelo voto sim.

Da bancada do PT, 34 deputados optaram por votar não, entre os quais dois deputados da Articulação de Esquerda (Valmir Assunção e Marcon). Luci Choinacki optou por votar sim.

Na votação seguinte, o PT se unifica para rejeitar a emenda apresentada pelo PMDB. O governo também pede o voto não. A única exceção é o deputado Taumaturgo Lima, do Acre, que vota pelo sim. Mas o PT perde: 273 votos pelo sim e 182 votos pelo não, com duas abstenções.

Votos da bancada petista na Câmara dos Deputados ao projeto de novo Código Florestal

Parlamentar	Partido	Voto	Parlamentar	Partido	Voto
Alessandro Molon	PT	Não	José Mentor	PT	Sim
Amauri Teixeira	PT	Não	Joseph Bandeira	PT	Sim
André Vargas	PT	Sim	Josias Gomes	PT	Sim
Angelo Vanhoni	PT	Sim	Leonardo Monteiro	PT	Não
Antônio Carlos Biffi	PT	Não	Luci Choinacki	PT	Sim
Arlindo Chinaglia	PT	Sim	Luiz Alberto	PT	Não
Artur Bruno	PT	Não	Luiz Couto	PT	Sim
Assis do Couto	PT	Sim	Márcio Macêdo	PT	Não
Benedita da Silva	PT	Sim	Marco Maia	PT	Art. 17
Beto Faro	PT	Sim	Marcon	PT	Não
Bohn Gass	PT	Sim	Marina Santanna	PT	Não
Cândido Vaccarezza	PT	Sim	Miriquinho Batista	PT	Sim
Carlinhos Almeida	PT	Sim	Nazareno Fonteles	PT	Não
Carlos Zarattini	PT	Sim	Nelson Pellegrino	PT	Sim
Chico D`Angelo	PT	Não	Newton Lima	PT	Não
Cláudio Puty	PT	Não	Odair Cunha	PT	Sim
Décio Lima	PT	Sim	Padre João	PT	Não
Devanir Ribeiro	PT	Sim	Padre Ton	PT	Não
Domingos Dutra	PT	Não	Paulo Pimenta	PT	Não
Dr. Rosinha	PT	Não	Paulo Teixeira	PT	Sim
Edson Santos	PT	Sim	Pedro Eugênio	PT	Sim
Eliane Rolim	PT	Sim	Pedro Uczai	PT	Não
Emiliano José	PT	Sim	Policarpo	PT	Sim
Erika Kokay	PT	Não	Professora Marcivania	PT	Não
Eudes Xavier	PT	Não	Reginaldo Lopes	PT	Sim
Fátima Bezerra	PT	Não	Ricardo Berzoini	PT	Sim
Fernando Ferro	PT	Não	Rogério Carvalho	PT	Não
Fernando Marroni	PT	Não	Ronaldo Zulke	PT	Sim
Francisco Praciano	PT	Não	Rui Costa	PT	Sim
Gabriel Guimarães	PT	Sim	Ságuas Moraes	PT	Sim
Geraldo Simões	PT	Sim	Sérgio Barradas Carneiro	PT	Sim
Gilmar Machado	PT	Sim	Sibá Machado	PT	Não
Henrique Fontana	PT	Não	Taumaturgo Lima	PT	Sim
Janete Rocha Pietá	PT	Não	Valmir Assunção	PT	Não
Jesus Rodrigues	PT	Não	Vicente Candido	PT	Sim
Jilmar Tatto	PT	Não	Vicentinho	PT	Sim
João Paulo Cunha	PT	Sim	Waldenor Pereira	PT	Não
João Paulo Lima	PT	Não	Weliton Prado	PT	Sim
Jorge Boeira	PT	Sim	Zé Geraldo	PT	Sim
José De Filippi	PT	Sim	Zeca Dirceu	PT	Sim
José Guimarães	PT	Sim			

A posição da bancada do PT

*Paulo Teixeira**

A bancada do PT defende uma proposta de Código Florestal equilibrada, que respeite nossas condições naturais de potência agrícola e ambiental. Nessa primeira etapa da batalha pelo Código que queremos, não obtivemos sucesso. Quem perdeu não foi o governo, nem o PT. Perdeu o Brasil. Mas confiamos na força de mobilização da sociedade e nas negociações ainda no Senado e no retorno do texto à Câmara, para chegar a um texto mais equilibrado.

Se, após passar por todas as votações do Congresso Nacional, não conseguirmos evitar um texto que contenha anistia a desmatadores, já pedimos à presidenta da República o veto. Como líder do PT, trabalhei para que o governo tivesse uma posição. Ao fechar posição, a bancada do PT seguiu a orientação de governo.

Histórico do projeto

Primeiro, é preciso lembrar que o PT votou contra o relatório de Aldo Rebelo (PCdoB-SP) na Comissão Especial que analisou o tema em 2010. Avaliou, na época, que o texto apontava vários retrocessos na política ambiental brasileira.

No início deste ano, a bancada do PT pediu e o presidente da Câmara, Marco Maia (PT-RS), criou uma Câmara de Conciliação. O instrumento foi importante para que o maior número possível de vozes fossem ouvidas: ambientalistas, produtores rurais e cientistas, ponderando melhor todas as consequências da alteração do Código.

Como partido de governo, o PT também trabalhou para que o Poder Executivo tivesse uma posição única, que representasse as visões dos Ministérios da Agricultura, do Meio Ambiente, e do Desenvolvimento Agrário.

A partir desses movimentos, o relatório melhorou consideravelmente. Voltaram ao texto a reserva em topos de morro - que antes havia sido retirada e foi mantida a Reserva Legal em 80% na Amazônia Legal, 35% no Cerrado e 20% nos outros biomas. A Área de Preservação Permanente (APP), que antes havia reduzido para 15 metros, voltou a ter 30 metros nas margens de rio.

Ao mesmo tempo, o governo trabalhou pela inclusão de temas caros aos pequenos agricultores. Além disso, foi construída uma solução que traz para a legalidade os plantios de café, uva e maçã em áreas de relevo, sem abrir mão da preservação dos topos de morro. Também fica regularizado o cultivo do arroz em áreas de várzea. Posição da bancada

Com esses avanços, a bancada do PT decidiu seguir a posição de governo e votar com o relatório, mesmo mantendo profundas críticas ao projeto, que foram apresentadas em Plenário e que vamos continuar lutando para alterar.

O relatório de Aldo ainda define como “área consolidada” os terrenos desmatados até julho de 2008, liberando, na prática, os produtores rurais de fazer o reflorestamento. O texto também exime da recomposição os proprietários de terrenos de até quatro módulos fiscais - o que pode chegar a até 400 hectares na Amazônia.

Além de seu efeito prático para as áreas já desmatadas, a medida estimula novas queimadas e até o fracionamento de grandes áreas em propriedades menores, de até 4 módulos para permitir desmatamento.

Optamos por destacar, e votar contra, esses trechos, que consideramos extremamente nocivos ao país, e votar o restante do texto, resultante das negociações entre parlamentares e governo.Continuaremos lutando para suprimir as partes do texto que atentam contra nossa biodiversidade.

Concentramos nossas forças em derrubar a emenda 164, do deputado Paulo Piau (PMDB-MG), que consolida atividades agrosilvopastoris desmatadas descaracterizando as Áreas de Proteção Permanente (APP) no meio rural.

A emenda transfere aos estados o poder de decidir quais atividades podem justificar o desmatamento de Áreas de Preservação Permanente (APP) e anistia multas. Para derrubar essa emenda, extremamente nociva ao meio ambiente e ao futuro de nosso país, faltaram menos de 50 votos. Nós, do PT, continuaremos tentando derrubar essa emenda no Senado, ou então pedirei à presidenta da República o veto dessa medida.

Queremos um Código Florestal equilibrado, que garanta nossa produção agrícola sem abrir mão de nossa biodiversidade. Para isso, continuaremos fazendo o debate com a sociedade civil, comunidade científica, agricultura familiar e outros setores para oferecer finalmente ao país um Código Florestal que mantenha o Brasil como potência agrícola e ambiental. ★

Paulo Teixeira (PT-SP) é líder do Partido na Câmara dos Deputados

Concentramos nossas forças em derrubar a emenda 164, do deputado Paulo Piau (PMDB-MG), que consolida atividades agrosilvopastoris desmatadas descaracterizando as Áreas de Proteção Permanente (APP) no meio rural.

As razões do sim

Neste texto, a deputada federal Luci Choinacki (PT-SC) explica os motivos pelos quais votou "sim".

Luci Choinacki

Desde o início deste novo mandato estive envolvida em todos os grupos e comissões que discutiram a proposta do novo código florestal brasileiro. Em fevereiro, quando assumi a Câmara Federal, o novo Código Florestal já estava pronto, aprovado na comissão e ia para votação em plenário. A bancada federal do PT começou uma nova mobilização para o aprofundamento e propostas de mudanças. Por isso participei e propus alterações ao texto original do relator Aldo Rebelo dentro da bancada do PT e dentro da Câmara de Negociação do Código que teve a participação de vários partidos e representações de setores.

Através dessa intervenção conjuntamente com o Governo e Movimentos Sociais conseguimos colocar na proposta que foi em votação, questões muito importantes, como a diferenciação dos agricultores familiares e camponeses, a anistia da recomposição da reserva legal para os pequenos agricultores e a simplificação da averbação e do manejo da reserva legal para a agricultura familiar e camponesa.

A orientação da Bancada do PT foi pela votação com o governo pela aprovação do texto com restrições. Uma delas foi o voto contrário a emenda da bancada ruralista que prevê a anistia para os desmatadores e transfere para o Estado a possibilidade de legislarem sobre os limites das áreas de preservação.

Luci Choinacki (PT-SC): "Quem votou contra o código votou contra milhares de agricultores familiares e camponeses que estão hoje na ilegalidade".

Deixo claro que quando votei Sim à proposta do novo Código, ressaltamos e fizemos oposição à Emenda nº 164, a emenda da vergonha da bancada ruralista e confiamos na nossa Presidenta Dilma que se comprometeu em vetar as questões que temos desacordo com relação ao Código. Quem votou contra o código votou contra milhares de agricultores familiares e camponeses que estão hoje na ilegalidade. Agora o código vai para aprovação do Senado e uma nova etapa se inicia. Por isso é preciso e necessário toda a mobilização e pressão dos mais diversos setores da sociedade, movimentos sociais, sindicais pastorais e comunidade acadêmica.

Continuamos sempre defendendo nossos ideais e nossa história. Mas ser uma parlamentar que respeita decisões partidárias e uma parlamentar da base de governo requer amadurecimento e capacidade de diálogo. Vamos continuar denunciando o desmatamento, apoiando os nossos pequenos agricultores e camponeses, defendendo com muita força a reforma agrária, nossos movimentos sociais, o meio ambiente. Continuarei defendendo a Presidente Dilma, porque confio no nosso Governo, que tem um olhar para o Brasil e investe no desenvolvimento para promover a erradicação da pobreza e da miséria. Acredito que é possível produzir alimentos com preservação ambiental. ★

ASSINE O JORNAL Página PT 13

CUPOM DE ASSINATURA

Não deixar de preencher nenhum dos campos

Nome: ____

Endereço: ____

____ Bairro: ____

Cidade: ____ Estado: ____ CEP: ____

Telefone: ( ) ____ Celular: ( ) ____

E-Mail: ____

Profissão: ____

Data da assinatura: ___/___/___ Vencimento ass.: ___/___/___

CPF: ____

Enviar o cupom para Associação de Estudos Página 13 (a/c de Sirlei A. Chaves),
Rua Silveira Martins, 147, cj. 11, Centro - São Paulo-SP, CEP 01019-000
ou para o e-mail chaves.sirlei@gmail.com

PAGAMENTO através de depósito na conta do Banco do Brasil
Agência: 3321-9 Conta-corrente: 34.297-1 Rubens Alves da Silva

ASSINATURA NOVA BIANUAL
(48 edições, entre impressas e eletrônicas)

MILITANTE
( ) À VISTA R$ 110,00
( ) PARCELADA 4 X R$ 30,00, TOTAL R$ 120,00

ASSINATURA MILITANTE EM ATRASO

( ) R$ ______ ASSINATURA PROPORCIONAL 2010 E ASSINATURA 2011 (ATÉ DEZEMBRO)

As razões do não

No texto a seguir, o deputado Valmir Assunção (PT BA) explica os motivos pelos quais votou contra o texto apresentado pelo deputado Aldo Rebelo.

Valmir Assunção*

Ao assumir meu primeiro mandato como deputado federal, cheguei com um compromisso bem definido: defender a reforma agrária, tal como possibilitar mecanismos de incentivo à agricultura familiar e camponesa, fortalecendo os movimentos sociais do campo e da cidade. Meus compromissos também incluem a luta pelo desenvolvimento social e combate à fome, a defesa do conjunto dos direitos humanos, promoção da igualdade racial e de políticas para a juventude. Compreendo que um deputado federal, como extensão das lutas que acontecem nas ruas do nosso Brasil, deve manter a coerência e o lado pelo qual foi designado a estar num espaço, como é a Câmara dos Deputados.

Valmir Assunção (PT-BA): "Defender a agricultura familiar e camponesa também é defender o meio ambiente, nossas matas e florestas, nossos rios, nossa terra, por que precisamos dele para sobreviver."

Inicio este texto lembrando estas questões, por que são justamente elas que me fizeram votar **não** ao relatório do deputado Aldo Rebelo na noite deste dia 24 de maio. Praticamente, o relatório aprovado livra o agronegócio do adjetivo "desmatador" da maneira mais torta possível: ao invés de discutirmos formas de coibir a ação de um modelo de agricultura que, ao visar a exportação de *commodities* produzidas sob o sistema de monoculturas, de desrespeito às leis trabalhistas e, muitas vezes, sem cumprir o preceito constitucional da função social da terra, o relatório do deputado Aldo Rebelo abriu as porteiras para que a expansão deste modelo predador avance sob áreas antes protegidas. Mais ainda: possibilita que os desmatadores sejam anistiados, absolvidos. Uma vergonha!

A agricultura familiar e camponesa, a responsável por mais de 70% da produção de alimentos, no entanto, em nada se viu beneficiada neste relatório. Por exemplo: o texto votado permite que áreas de até quatro módulos rurais sejam isentos de recomposição de reserva legal desmatada. Ora, do jeito que está não há diferença de quem produz sob um modelo familiar daquele que só usa sua propriedade para lazer de fim-de-semana, ou mesmo de um latifúndio divido em várias matrículas, isentando-se de restrições da lei.

Vamos a outro exemplo: o texto permite que a compensação da reserva legal do agronegócio seja em qualquer parte do Brasil, dentro do mesmo bioma. Isso é um perigo para nós que lutamos contra a concentração fundiária, pois um mesmo latifundiário pode se aproveitar da especulação de terras, principalmente em regiões mais baratas, principalmente terras de pequenos agricultores, para comprar mais áreas para recompor reserva.

Ainda atendendo o latifúndio, o texto de Aldo Rebelo não acatou a demanda que criaria o fundo ambiental para a pequena agricultura, ou seja, o pagamento para que o camponês/a possa garantir reserva legal de florestas e vegetação nativa. A proposta, que tem o apoio da presidenta Dilma e é proveniente dos movimentos sociais do campo e sindicatos da agricultura familiar, foi simplesmente ignorada pelo relator.

A emenda 164 termina de consolidar o pacote do agronegócio. A medida dá poder aos estados para definir política ambiental e determina que poderão ser mantidas as atividades agrossilvipastoris, de ecoturismo e de turismo rural em áreas de preservação permanente (APPs) caso o desmatamento tenha ocorrido até 22 de julho de 2008, ou seja, liberação sem limites, mais devastação ambiental e descaracterização de todo o avanço que o Governo já tinha obtido nas negociações junto ao relatório.

E não para por aí: o relatório libera a criação de camarões em áreas próximas aos mangues. Permite que espécies exóticas sejam plantadas em metade das áreas das reservas legais dos grandes proprietários: isso é o mesmo que escrever às transnacionais de plantio de eucalipto, como as do sul da Bahia, que fiquem sossegadas, por que será aumentada a área em que poderão lucrar, mesmo que destrua a terra, os mananciais de água que possuímos, que não gere empregos...

Não me somo a isto. Minha luta, minha história e meu mandato não coadunam com tamanha irresponsabilidade. Infelizmente, mesmo com os seminários realizados, manifestações de rua em vários estados deste País feitos, o que foi visto na Câmara dos Deputados foi uma ação que envolve manobra política deliberada, ao confundir agricultura para exportação com produção de alimentos; chantagem, ao envolver episódios políticos que nada tem a ver com o tema em questão; oportunismo de tantos que ali votaram em causa própria, seja por que querem expandir seu latifúndio em detrimento das vegetações nativas, seja por que devem ao Estado brasileiro por já desmataram ilegalmente.

Defender a agricultura familiar e camponesa também é defender o meio ambiente, nossas matas e florestas, nossos rios, nossa terra, por que precisamos dele para sobreviver. Faz parte da nossa cultura camponesa. Este relatório é uma afronta a tudo que construímos, enquanto camponeses e camponesas. Mas a luta ainda não acabou e seguiremos em vigília para que o retrocesso não se consolide no Senado e nem no Executivo.★

***Valmir Assunção** é deputado federal pelo PT-BA, vice-líder do PT na Câmara e militante do MST-BA.

Um atentado ao meio-ambiente

No texto a seguir, o deputado Marcon (PT RS) explica os motivos pelos quais votou contra o texto apresentado pelo deputado Aldo Rebelo.

Dionilson Marcon

Na batalha sobre o Código Florestal, nosso mandato manteve a coerência e votou contrário ao texto apresentado pelo deputado Aldo Rebelo. Juntamente com outros 34 deputados do PT, rejeitamos o texto, pois ele atendia somente aos interesses dos ruralistas. Apesar de toda a propaganda do agronegócio dizendo que o texto do deputado Aldo Rebelo atendia aos pequenos agricultores, ao lermos o substitutivo do deputado vemos que, ao contrário, o texto é um atentado contra o meio ambiente e a agricultura familiar e camponesa do Brasil.

Os principais pontos do texto do deputado Aldo Rebelo que somos contrários são:

Área consolidada

O texto garantiu como área consolidada tudo que foi desmatado ou queimado até 2008. Isso aumentou o desmatamento na Amazônia em 27%, sendo que só no Mato Grosso ocorreu um aumento de 480%! Afinal, como vão garantir que a área foi desmatada em 2011 e não em 2008? Já nossa proposta é que apenas a agricultura familiar poderia ter áreas consolidadas, pois são áreas historicamente ocupadas e que não representam novos desmatamentos.

Compensação da reserva legal

O substitutivo do Aldo libera a compensação da reserva legal dos grandes em qualquer parte do mesmo bioma. Assim, um latifundiário de São Paulo poderá comprar terras no noroeste do Rio Grande do Sul, já que as duas áreas estão no bioma Mata Atlântica. Desse jeito, os latifundiários irão pressionar para comprar as terras dos nossos agricultores familiares, pois o valor das terras é mais baixo.

Dispensa de reserva legal

As áreas de até 04 módulos rurais não vão precisar recompor as áreas de reserva legal desmatada, sendo obrigado conservar o que já existe. Por outro lado, o texto não proibi que os latifúndios sejam divididos em imóveis menores. Assim, o latifundiário pode dividir a propriedade em várias matrículas para não recompor a área de Reserva Legal.

Controle do desmatamento

O texto do deputado Aldo Rebelo não cria nenhuma pena para os latifundiários que desmatarem ou queimarem as florestas. Nossa proposta é que os grandes desmatadores percam o acesso aos créditos e sejam acionados pelo Ministério Público, proposta apoiada pelo governo.

Fundo ambiental

O texto votado não considerou uma antiga reivindicação dos agricultores familiares e camponeses: o fundo ambiental. A própria presidenta Dilma apoiou a idéia dos agricultores receberam recursos financeiros para manter suas florestas em pé, entretanto, o deputado Aldo não conseguiu garantir esse fundo para os grandes, e então retirou esse ponto, deixando os agricultores familiares sem essa importante conquista.

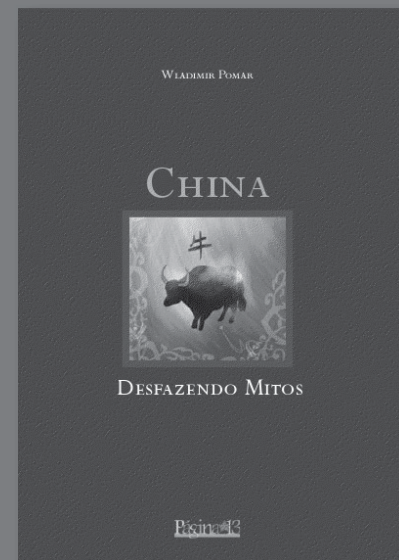
O projeto do deputado Aldo, aprovado na Câmara dos Deputados, traz ainda outras várias bondades para o agronegócio. Libera a criação de camarões em áreas próximas aos mangues e permite que espécies exóticas, como o eucalipto, sejam plantadas em metade das áreas das reservas legais dos grandes proprietários.

Não houve dúvidas então. Uma lei que beneficia apenas o agronegócio, que destrói o meio ambiente e que usa nossa agricultura familiar e camponesa para defender, na realidade, os interesses das elites, merece o nosso voto contrário, com toda a convicção e força. Apoiado pelos movimentos sociais do campo e pelas organizações populares urbanas, combatemos essa luta com a certeza que a coerência do nosso mandato está integra! ★

Publicações Editora Página 13

WLADIMIR POMAR

QUASE LÁ

Lula, o susto das elites

Informações e pedidos:
www.pagina13.com.br

Um grande gás

*Tassio Brito**

Vamos redobrar nosso esforço nessa reta final, garantir uma grande bancada da Juventude da Articulação de Esquerda para dar força a nossa tese Reconquistar a UNE e ajudarmos a construir cada vez mais uma UNE forte, democrática e de luta!

Está chegando o 52° congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE). Entre os dias 13 e 17 de julho na cidade de Goiânia, estudantes de todo o Brasil se reunirão para definir as diretrizes políticas da entidade e eleger nova direção.

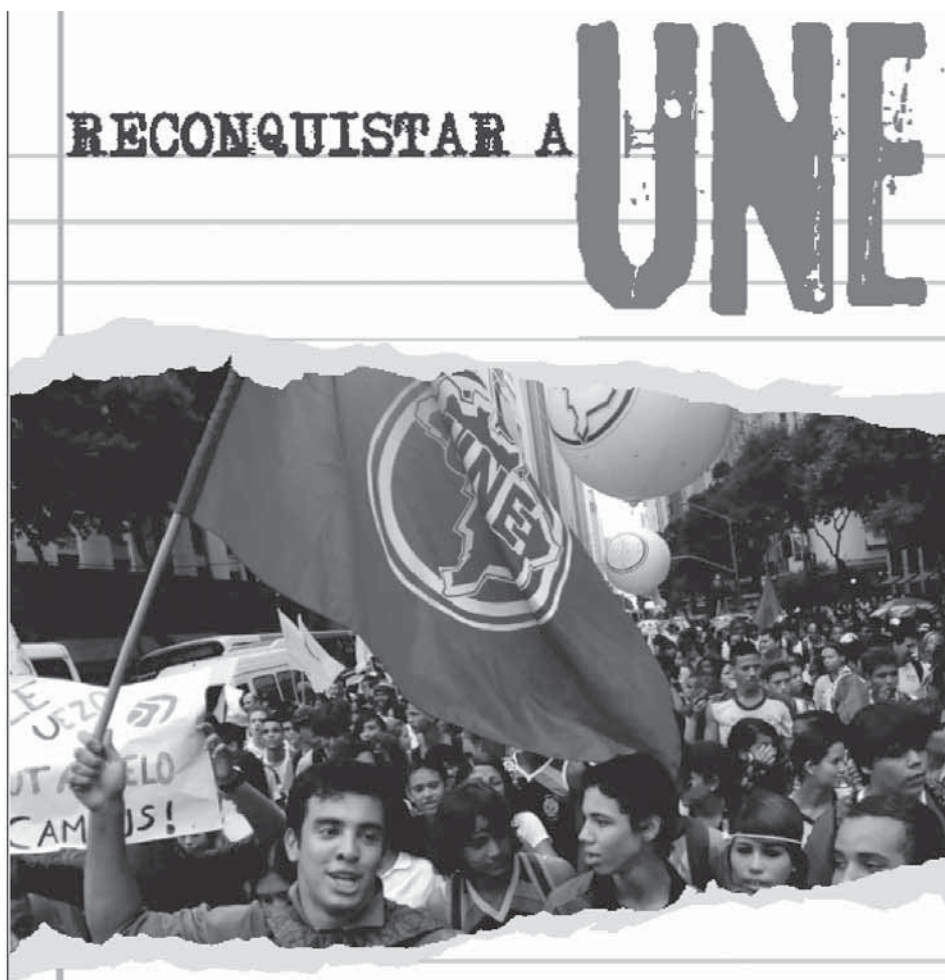
O 52° CONUNE será também um espaço para que possamos debater além dos rumos que a nossa entidade deve seguir, a sua postura frente aos desafios cada vez maiores de combater o conservadorismo presente na sociedade e refletido dentro das universidades, o acanhamento do governo em imprimir um ritmo mais forte de transformação na educação e de estabelecer uma radical democracia dentro da própria entidade.

Mas isso só será possível se conseguirmos levar para o congresso a expressão real do que somos dentro das universidades. Portanto, se faz mais que necessário nessa reta final do processo de eleição de delegados e delegados um esforço a mais de nossa juventude para garantir uma grande intervenção da JAE no congresso da UNE.

Isso envolve nos concentrarmos bastante nos processos eleitorais em curso nas grandes universidades que temos presença, envolve uma organização refinada das direções estaduais da JAE no sentido de conseguir dar todo acompanhamento a estes processos neste final do período eleitoral e termos uma boa resolução do transporte das delegações para o congresso. Tudo isso é de extrema importância neste momento.

Um último e grande gás da nossa militância será fundamental para aumentar o nosso potencial de interferir nos rumos que a UNE tomará, na escolha de sua nova direção e na postura da entidade frente as lutas que virão.

Toda essa organização é necessária porque é o momento de conseguirmos ter uma incidência política importante na UNE. Essa incidência tem como único objetivo pautar questões que achamos que precisam avançar dentro da UNE, como por exemplo, a capacidade de mobilizar os/as estudantes brasileiros/as em torno de pautas históricas necessárias para o avanço da educação.

É preciso que nossa entidade deixe de ser pautada por ações governamentais e passe, ao contrário, a pautar o governo. Prouni, Reuni, Pronatec, são somente exemplos de programas que foram colocados de cima para baixo sem sequer ouvir a opinião da UNE. É hora da UNE reassumir o seu protagonismo e

pressionar o Governo Dilma em direção das mudanças necessárias na educação.

Neste sentido, mais investimento na educação é sem duvida uma pauta vital, e por isso a campanha "Educação tem que ser 10" puxada pela UNE que defende o investimento de 10% do PIB para a educação não deve sair de nosso foco.

Mas a UNE deve estar atenta também para uma outra disputa que se dá dentro de cada universidade e de cada curso, que é a disputa pelo modelo de educação que existe hoje. A educação "ofertada" hoje nas universidades serve única e exclusivamente aos interesses do mercado e não a promoção da emancipação das pessoas e do desenvolvimento social do país.

Em suma, fazer apenas a campanha para aumentar o investimento na educação, descolada de uma forte ação dentro das Universidades por uma educação emancipadora e representará colocar dinheiro em instituições que servem como ferramentas de manutenção do "status quo".

Essa é só uma das lutas que a próxima gestão da UNE terá pela frente. Para desempenhá-la precisamos que a nossa entidade esteja forte, com muita legitimidade na sua base social, com um caráter combativo e sendo construída coletivamente pelo conjunto de opiniões que a compõem.

Portanto de agora em diante vamos redobrar nosso esforço nessa reta final, garantir uma grande bancada da Juventude da Articulação de Esquerda para dar força a nossa tese Reconquistar a UNE e ajudarmos a construir cada vez mais uma UNE forte, democrática e de luta! ★

***Tássio Brito** é 3° Vice Presidente da UNE e membro da coordenação nacional da Juventude da Articulação de Esquerda.

Boa novas de Minas

*Guilherme Guimarães de Azevedo,**
*Marina Dal Monte Figueiredo** e*
*Ezequiel Henrique Rezende****

Na última quarta-feira, dia 25 de maio, foi realizada a eleição de delegad@s ao 52° Congresso da UNE na Universidade Federal de Viçosa. A UFV têm três campi: Viçosa, Rio Paranaíba e Florestal, sendo a eleição realizada nos três locais.

Com um total de 1.012 votantes, a Chapa 1 "Reconquistar a UNE" (AE e independentes) obteve 896 votos e elegeu 12 delegad@s; a Chapa 2 "A UNE é nossa voz" (composta pela UJS e DS) obteve 109 votos e elegeu 1 delegad@; votos brancos e nulos foram 7.

Não devemos comemorar somente a vitória eleitoral e o número de delegad@s tirados. Isto é importantíssimo para a disputa no CONUNE, onde disputaremos o rumo de nossa entidade nacional. Muito mais importante é a vitória do movimento estudantil real, que potencializa a organização de estudantes, a luta por uma Universidade Democrática e Popular e a luta por uma outra sociedade, para além do Capital. Não queremos, assim, que os números sejam encarados de forma fria, mas que sejam reflexo do movimento real da base estudantil, em contrapartida às campanhas fraudulentas, virtuais e aparelhistas.

Mais do que um grande número de delegad@s, o CONUNE, por ser o maior fórum do movimento estudantil brasileiro, deveria ser um reflexo do ME real. Esse reflexo, para nós, não deve ser resumido à quantidade, mas à qualidade de intervenção, de organização e, sobretudo, vontade dos/das estudantes de transformar os rumos da educação e do Brasil.

Em Minas Gerais, o quadro do ME é desafiador e, portanto, o resultado também deve ser comemorado. A UEE-MG não conta com nenhuma estrutura para as/os diretores tocarem política. Desde sua refundação, não conseguiu existir nas Universidades e, além disso, sua direção majoritária prefere "lutas" sozinhas, isoladas e acanhadas, a somar-se de vez no campo que aglutina os partidos de esquerda, movimentos sociais e outras organizações, no enfrentamento direto à política neoliberal e de criminalização dos movimentos sociais feita pelo governador Anastasia e o agora senador e eterno playboy Aécio Neves.

A eleição na UFV reforça o potencial da oposição na UEE mineira, aumentando o eco por uma entidade mais forte, presente na vida d@s estudantes, bem como na luta geral travada por importantes atores mineiros.

Assim, pra entendermos o resultado, devemos fazer um resgate. Neste ano de 2011, a reconquista do DCE por uma chapa composta de estudantes independentes, estudantes que se organizam na Reconquistar a UNE e outr@s que também são da Juventude da Articulação de Esquerda, iniciou-se um novo ciclo no ME da UFV.

Depois de duas gestões de membr@s da UJS, o DCE retoma a uma proposta diferenciada de movimento estudantil, numa organização mais democrática, na potencialização das decisões coletivas, numa maior transparência financeira, e, sobretudo, na luta por uma educação pública, gratuita e de qualidade.

Com muita disposição é que participamos do CONEB no Rio de Janeiro, do CONEG em São Paulo, dos fóruns regionais de debate do ME e do 3° Encontro de Movimentos Sociais de Minas.

Estivemos à frente nas mobilizações contra o aumento da tarifa de ônibus em Viçosa, na Campanha pela Paridade nas eleições da Reitoria e na construção de espaços de integração e lazer d@s estudantes. Agora, toma corpo nos três campi da UFV a luta por uma assistência estudantil e qualidade de ensino que seja compatível com a Universidade que usa como marketing ser a "Melhor de Minas e a 3ª do Brasil".

Somada à retomada da construção e de lutas do DCE, é importantíssimo ressaltar a atuação de estudantes no Grupo de Diversidade Sexual "Primavera nos Dentes" e a militância das estudantes na Marcha Mundial das Mulheres. Como parceiros das lutas travadas pelo DCE e pela Reconquistar a UNE, os dois grupos contribuem diretamente para o resultado da eleição, destacando o quão importante é a luta contra as opressões também nas Universidades, e, principalmente, para construirmos um ME com novos valores e práticas.

É o que queremos para Minas e para o Brasil. O Movimento Estudantil na UFV sempre cumpriu um importante papel na construção do ME estadual e nacional, seja nas lutas amplas junto com a UNE e Executivas de Cursos, seja nas lutas locais com o DCE, CA's e DA's. Pela história, nós da Reconquistar a UNE e da Juventude da Articulação de Esquerda sempre marcamos presença nas mobilizações, organizações e disputas ufevianas. Em outro campo, e sempre marcando presença por aqui, está a União da Juventude Socialista, completando agora vinte anos à frente da UNE.

Foi em Viçosa que ocorreu o CONEB de 1998, no qual a Oposição, tendo a JAE como protagonista, derrotou a política equivocada da direção majoritária, abrindo caminho para o apoio estudantil à greve dos servidores federais, radicalizando o enfrentamento do ME frente ao Governo FHC, combatendo na luta e pela UNE a posição da UJS.

Esperamos então que esta boa notícia vinda do interior da Minas Gerais incentive as/aos companheir@s da Reconquistar a UNE e da JAE a intensificarem a campanha de mobilização rumo ao 52° CONUNE, nos colocando sempre enquanto alternativa de direção da UNE, construindo quantitativa e qualitativamente um movimento estudantil combativo, democrático, socialista e revolucionário. Nós achamos imprescindível a participação dos/das estudantes nesse processo, pelo potencial de mobilização e pela capacidade da juventude organizada de sonhar e ousar por um novo mundo melhor.

Seguiremos, assim, o caminho mais difícil: vamos pela luta! É dessa forma que reconquistaremos a UNE para a luta e para as/os estudantes! ★

***Guilherme Guimarães de Azevedo** é Diretor de Movimentos Sociais da UEE-MG; ****Marina Dal Monte Figueiredo** é Coordenadora Geral do DCE-UFV; *****Ezequiel Henrique Rezende** é Coordenador Geral do DCE-UFV

Vamos nos encontrar em Brasília

A última semana de julho de 2011 será bastante intensa para os militantes da Articulação de Esquerda.

No dia 23 de julho, sábado, terá início mais uma Jornada de Formação, com três cursos simultâneos: Curso 1, Estudo das Resoluções da AE; Curso 2, Lutas de Massa e Estratégia Socialista; Curso 3: Eleições 2012, Planejamento e Propaganda Política e Ideológica.

No dia 28 de julho, quinta-feira, ocorrerá a abertura conjunta de duas Plenárias nacionais da tendência: uma delas dedicada ao tema Educação e outra dedicada ao tema Política Agrária e Agrícola. E no dia 29 de julho, sexta-feira, ocorrerá a abertura do Congresso Nacional da Articulação de Esquerda.

Os quatro eventos são abertos a todos os militantes que desejem participar. Evidentemente, para ter direito a voto nas plenárias e no Congresso, é preciso estar de acordo com as disposições regimentais que podem ser conferidas na www.pagina13.org.br ou em edições anteriores do Página 13.

No caso dos cursos, é necessário fazer uma inscrição, através de email dirigido para liciolobo@uol.com.br cc para edmawalker@gmail.com

Nos próximos dias, será divulgada a ficha de inscrição dos cursos, bem como a taxa e o endereço. Diferente das jornadas anteriores, desta vez os cursos terão apenas 6 dias de duração, para facilitar a participação dos cursistas que desejem estar no Congresso da AE.

Uma outra novidade é que será estimulada a participação de ouvintes (ou seja, pessoas que não estão inscritas para fazer o curso inteiro, mas que assistiram a algumas aulas).

Segue a programação detalhada (sujeita a correções) dos quatro eventos:

23/7/2011 (sábado)

Manhã: Abertura simultânea dos três cursos e apresentação dos participantes

Tarde: A juventude e a luta pelo socialismo (aula conjunta para os três cursos)

Noite: Livre

24/7/11: (domingo)

Manhã: As mulheres e a luta pelo socialismo (aula conjunta para os três cursos)

Tarde: Questão agrária e a luta pelo socialismo(aula conjunta para os três cursos)

Noite: Classe trabalhadora e a luta pelo socialismo(aula conjunta para os três cursos)

25/7/11: (segunda-feira)

Curso 1

Manhã: História da luta pelo socialismo, de 1848 a 1917

Tarde: História da luta pelo socialismo, a Revolução Russa

Noite: História da luta pelo socialismo, a Revolução Chinesa

Curso 2

Manhã: A teoria feminista e os feminismos

Tarde: Relações sociais de gênero e relações sociais de sexo - ser homem e ser mulher: uma construção social

Noite: Oficina: Relações de Poder e Patriarcado

Curso 3

Manhã, Tarde e Noite: Planejamento Eleitoral - construção e ferramentas

26/7/11: (terça-feira)

Curso 1

Manhã: História da Luta pelo Socialismo, a Revolução Cubana e as guerrilhas na América Latina

Tarde: História da Luta pelo Socialismo, a Unidade Popular no Chile

Noite: História da Luta pelo Socialismo, o momento atual, neoliberalismo e imperialismo

Curso 2

Manhã: Espaços público e privado - O papel da família na reprodução social da vida e no processo de produção capitalista - Trabalho doméstico.

Tarde: O papel das mulheres nos diferentes modos de produção (com ênfase no capitalismo), o tipo de estado e o lugar das mulheres

Noite: Cinema

Curso 3

Manhã e Tarde: Planejamento Eleitoral - construção e ferramentas

Noite: Questões da comunicação e propaganda político-ideológica nas eleições

27/7/11: (quarta-feira)

Curso 1 e Curso 2

Manhã: História do Brasil (1500 a 1930)

Tarde: História do Brasil (1930 a 1964)

Noite: História do Brasil (1964 a 1980)

Curso 3

Manhã, Tarde e Noite: Questões da comunicação e propaganda político-ideológica nas eleições

28/7/11: (quinta-feira)

Todas as turmas (Curso 1,2 e 3)

Manhã: História do PT (1980 a 2010)

Tarde: História do Governo Lula e Perspectivas

Noite: Abertura das plenária de Educação e de Política Agrária/Agrícola

29/7/11: (sexta-feira)

8h: início do credenciamento dos delegados (tanto das Plenárias, quanto do Congresso)

9h: plenárias

12h: almoço

14h: plenárias

19h: Abertura do Congresso da AE

30/7/11: (sábado)

9h: Instalação do 1° Congresso, aprovação do Regimento Interno, eleição da Mesa Diretora, da Comissão de Emendas, da Comissão Eleitoral e da Comissão de Credenciamento

10h: Apresentação, debate e votação, em plenária, das propostas de texto-base

12h: Almoço

14h: Discussão e votação das propostas de emendas aos textos-base

20h: Jantar e festa

31/7/11: (domingo)

9h: Discussão e votação das propostas de emendas aos textos-base

12h: Apresentação, defesa, votação das chapas, apuração e proclamação do resultado para a Direção Nacional e Comissão de Ética

14h: Encerramento/almoço